Ministério da Educação
Secretaria de Educação Básica

Relatório de Gestão do Exercício 2011

Fevereiro/2012

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Básica

Relatório de Gestão do Exercício 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Secretaria está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010. DN TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011.

Brasília, 02/2012

Sumário

Introdução 7

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO 9

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 9

1.1 Relatório de Gestão Individual 9

1.2 Relatório de Gestão Consolidado 9

1.3 Relatório de Gestão Agregado 9

1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado 9

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 10

2.1 Responsabilidades institucionais da Secretaria de Educação Básica – SEB 10

2.2 Estratégia de atuação da SEB frente às responsabilidades institucionais 13

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da SEB 16

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da SEB 16

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela SEB 19

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro 29

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa 29

2.4.2 Programação de Despesas Correntes 29

2.4.3 Programação de Despesas de Capital 29

2.4.3.1 - Quadro Resumo da Programação de Despesas 29

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa 30

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa 31

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da SEB 31

1..1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação 31

1.1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa 32

1..1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa 33

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação 33

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação 34

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação 35

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação 36

2.4.7 Indicadores Institucionais 36

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 36

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 37

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores 37

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 37

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos 37

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada 37

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada 38
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada 38
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade.....39
5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade.....39
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....39
5.3 Composição do Quadro de Estagiários 40
5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada.....40
5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada 40
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....40
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 41
6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício 41
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011.....41
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios 42
6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes 42
6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse 43
6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse 43
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....44
7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV 44
8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 45
8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....45
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 45
9.1 Estrutura de controles internos da SEB.....45
10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 47
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....47
11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010. 47
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial 47
12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 47
12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI) 47
13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 47
13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo 47
14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 47
15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 48
15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício 48
15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....48
15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício 49

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....50
16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....50
PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO 51
17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 51
17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....51
18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 53
19. PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 53
20. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº 108, DE 24/11/2010. 53
PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS 54
21. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 54
22. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 54
23. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 54
24. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 54
25. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 54
26. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 55
26.1 Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais 55
27. PARTE C, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 66
28. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 66
29. PARTE C, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 66
30. PARTE C, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 66
Anexo I 67
Anexo II 73
ROL DOS RESPONSÁVEIS 76

Lista de Quadros, Gráficos e Tabelas

Quadro I (A.1.1) - Identificação da SEB – Relatório de Gestão Individual 9
Organograma Estrutural 12
Quadro II (A.2.1) - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo 16
Quadro III (A.2.2) - Execução Física das ações realizadas pela SEB 19
Tabela I Execução física da Ação 6333: Profissionais beneficiados 20
Tabela II - Execução física da Ação 8680: Agente Educacional Capacitado 21
Tabela III - Execução física da Ação 8429: Profissionais beneficiados 27
Quadro IV (A.2.3) - Identificação das Unidades Orçamentárias 29
Quadro V (A.2.7) - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa 30
Quadro VI (A.2.8) - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da SEB 31
Quadro VII (A.2.9) - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da SEB 32
Quadro VIII (A.2.10) - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da SEB 33
Quadro IX (A.2.11) - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação 34
Quadro X (A.2.12) - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação 35
Quadro XII (A.4.1) - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores 37
Quadro XIII (A.5.1) – Força de Trabalho da SEB – Situação apurada em 31/12 37
Quadro XIV (A.5.2) – Situações que reduzem a força de trabalho da SEB – Situação em 31/12 38
Quadro XV (A.5.3) – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da SEB (Situação em 31 de dezembro) 38
Quadro XVI (A.5.4) – Quantidade de servidores da SEB por faixa etária - Situação apurada em 31/12 39
Quadro XVII (A.5.5) – Quantidade de servidores da SEB por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 39
Quadro XVIII (A.5.8) - Composição do Quadro de Estagiários 40
Quadro XIX (A.6.1) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência 41
Quadro XX (A.6.2) – Resumo dos instrumentos celebrados pela SEB nos três últimos exercícios 42
Quadro XXI (A.6.3) – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes 42
Quadro XXII (A.6.4) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela SEB na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. 43
Quadro XXIII (A.9.1) – Estrutura de controles internos da SEB 45
Quadro XXIV (A.15.1) - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 48
Quadro XXV (A.15.3) - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 49

Quadro XXVI (A.15.4) - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 50
Quadro XXVII (C.16.1)- Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais 55
Quadro XXVII(C.16.1) - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais 56
Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais 57
Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais 58
Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais 59
Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais 60
Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais 61
Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais 62
Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais 63
Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais 64
Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais 65
Tabela IV- Síntese da execução orçamentária: ações nas quais a SEB atua na execução parcial ou total 67
Tabela V- síntese da execução Orçamentária por e Subação 68
Tabela VI -Detalhamento da ação 8373: Gerenciamento das políticas da Educação Básica, por atividades 71
Tabela VII - Detalhamento da ação 8434: Produção e Veiculação de Programas, materiais Pedagógicos e Conteúdos Multimídia para a Educação Pública 72
Quadro XI – Síntese dos Indicadores Institucionais 73

Introdução

O Relatório de Gestão da Secretaria de Educação Básica, referente ao exercício de 2011, está estruturado em três partes, A, B e C, as quais compreendem 30 itens, além de dois Anexos e do rol dos responsáveis, conforme especificados no Sumário. Os itens e subitens a seguir não se aplicam a Secretaria de Educação Básica - SEB porque não integram a relação de suas competências, segundo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011:

Parte A do Anexo II,

- subitem 1.2: Relatório de Gestão Consolidado
- subitem 1.3: Relatório de Gestão Agregado
- subitem 1.4: Relatório de Gestão Consolidado e Agregado
- subitem 2.4.2: Programação de Despesas Correntes
- subitem 2.4.3: Programação de Despesas de Capital
- subitem 2.4.3.1: Quadro Resumo da Programação de Despesas
- subitem 2.4.4.2: Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
- todo o item 3: Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010
- subitem 5.4: Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada
- subitem 5.5: Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada
- subitem 5.6: Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos
- subitem 6.2.1: Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse
- subitem 8.1: Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93
- subitem 10.1: Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
- subitem 11.1: Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial
- subitem 12.1: Gestão de Tecnologia da Informação (TI)
- todo o item 14: Parte A, Item 14, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010

Parte B do Anexo II

- todo o item 18: Parte B, Item 2, do Anexo II da DN TCU N.º 108, de 24/11/2010
- todo o item 19: Parte B, Item 3, do Anexo II da DN TCU N.º 108, de 24/11/2010
- todo o item 20: Parte B, item 4, do Anexo II da DN nº 108, DE 24/11/2010

Parte C do Anexo II

- todo o item 21: Parte C, Item 1, do Anexo II da DN TCU N.º 108, de 24/11/2010.
- todo o item 22: Parte C, item 5, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
- todo o item 23: Parte C, item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
- todo o item 24: Parte C, item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
- todo o item 25: Parte C, item 12, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
- todo o item 27: Parte c, item 19, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010
- todo o item 28: Parte C, item 30, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
- todo o item 29: Parte c, item 37, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010
- todo o item 30: Parte c, item 38, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010

Os item e subitens a seguir apesar de se aplicaram a esta Unidade não foram apresentados neste relatório em razão de não haver execução no respectivo exercício:

Parte A do Anexo II

- subitem 2.4.6: Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
- subitem 13.1: Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo
- subitem 15.2: Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício
- todo o item 16: Parte A, Item 16, do Anexo II da DN TCU N.º 108, de 24/11/2010

Em 2011, a gestão da SEB destacou-se pela participação efetiva na formação continuada de cerca de 1.040.100 profissionais de educação, em todo o território nacional; na organização de eventos; na expansão do uso de tecnologias de informação e comunicação ligadas à rede mundial de computadores; e, principalmente, na ampliação e consolidação das parcerias..

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos referem-se a restrições orçamentárias como a limitação de empenho, limitação da despesa com diárias e passagens (Portaria FNDE nº 108, de 30 de março de 2011), elevada rotatividade de pessoal e extenso processo de tramitação dos projetos para aprovação e repasse de recursos a instituições parcerias. Para contornar esse impasse, previu, em 2012, a consignação de dotação orçamentária diretamente nos orçamentos das universidades federais.

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro I (A.1.1) - Identificação da SEB – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Educação Básica			
Denominação abreviada: SEB			
Código SIORG: 1975	Código LOA: 150019		Código SIAFI: 150019
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público do Poder Federal			
Principal Atividade: 101-5			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2022-8375	(061) 2022-8378	(061) 2022-8471
E-mail: seb@mec.gov.br			
Página na Internet: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=293&Itemid=810			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Edifício Sede, 5º andar – CEP: 70.047-900 - Brasília/DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	-		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	-		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
-		-	

Fonte: SIORG; Siafi; IBGE; MEC

1.2 Relatório de Gestão Consolidado

Não se aplica a natureza jurídica da SEB

1.3 Relatório de Gestão Agregado

Não se aplica a natureza jurídica da SEB

1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Não se aplica a natureza jurídica da SEB

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da Secretaria de Educação Básica – SEB

Segundo o artigo 9º do Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, a Secretaria de Educação Básica – SEB tem as seguintes competências institucionais:

"Art. 9º À Secretaria de Educação Básica compete:

I - planejar, orientar e coordenar, em âmbito nacional, o processo de formulação de políticas para educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - propor e fomentar a implementação das políticas, por meio da cooperação técnica e financeira, junto às unidades da federação, em regime de colaboração e gestão democrática, para garantir a igualdade de condições de oferta de ensino e a permanência do aluno na escola;

III - desenvolver ações visando à melhoria da qualidade da aprendizagem na área da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, tendo a escola como foco principal de atuação;

IV - desenvolver ações objetivando a garantia de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e o alcance de padrões da qualidade social da educação básica;

V - incentivar a melhoria do padrão de qualidade da educação básica em todos os seus níveis;

VI - formular, propor, planejar, avaliar e supervisionar políticas e programas de educação a distância, visando à universalização e democratização do acesso à informação, ao conhecimento e à educação básica;

VII - criar, desenvolver e fomentar a produção de conteúdos, programas e ferramentas para a formação inicial na modalidade a distância, direcionados para a educação básica;

VIII - prospectar e desenvolver metodologias e tecnologias educacionais que utilizam tecnologias de informação e de comunicação no aprimoramento dos processos educacionais e processos específicos de ensino e aprendizagem na educação básica;

IX - propor e fomentar o provimento de infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação às instituições públicas de ensino, paralelamente à implantação de política de formação para o uso harmônico dessas tecnologias na educação; e

X - zelar pelo cumprimento dos dispositivos legais relativos à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino médio."

Além das competências do Órgão Singular (SEB), o Decreto apresenta, o rol de atribuições de cada diretoria, conforme especificado nos artigos abaixo:

Art. 10. À Diretoria de Currículos e Educação Integral compete:

I - subsidiar a formulação das políticas da educação básica;

II - propor, fomentar e coordenar ações destinadas à educação básica visando à formação e ao desenvolvimento integral do ser humano e ao exercício da cidadania;

III - subsidiar a elaboração e a implementação da política nacional da educação básica, estabelecendo princípios, objetivos, prioridades, metas de atendimento e parâmetros de qualidade;

IV - promover estudos sobre políticas estratégicas relativas à educação básica, com objetivo de apoiar os sistemas na universalização do atendimento;

V - promover estudos sobre estruturas, currículos e organização técnico-pedagógica para o aprimoramento da educação básica;

VI - promover o intercâmbio com organismos nacionais e internacionais visando ao aprimoramento da política nacional de educação básica;

VII - supervisionar, orientar e controlar as atividades desenvolvidas pelo Colégio Pedro II; e

VIII - planejar, orientar, coordenar, fomentar e implementar, em âmbito nacional e em parceria com sistemas de ensino e instituições voltadas para a educação, o desenvolvimento de políticas,

programas e ações de educação integral e integrada.

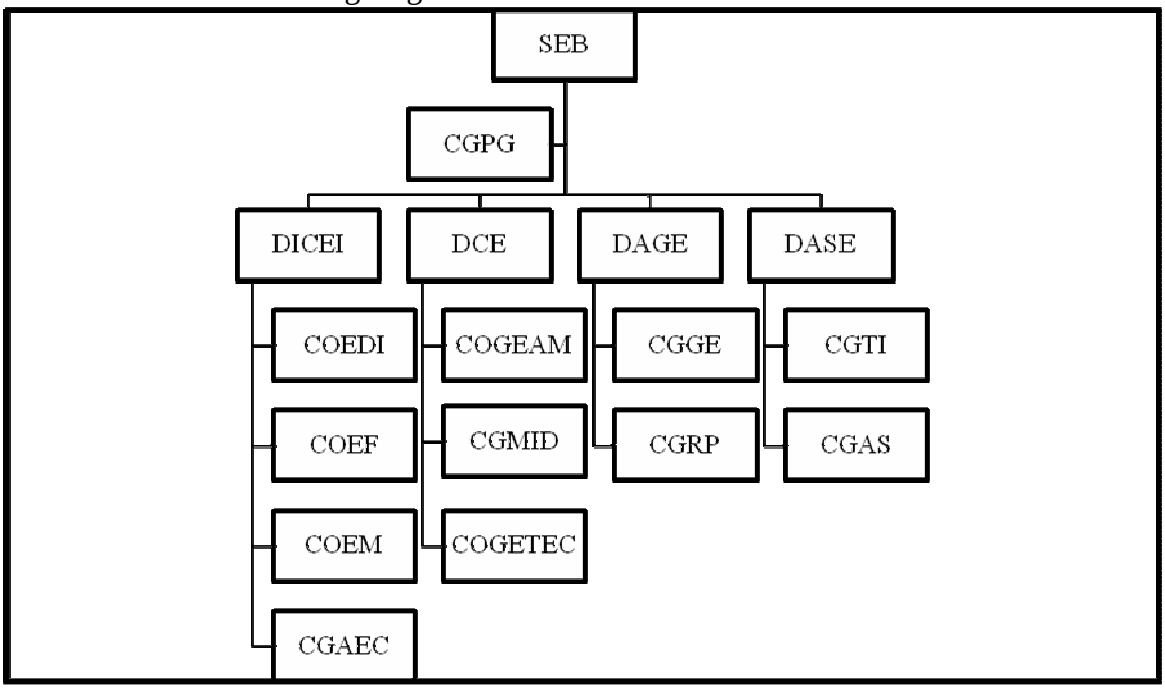
Art. 11. À Diretoria de Formulação de Conteúdos Educacionais compete:
I - propor, apoiar e estimular a produção de tecnologias educacionais inovadoras para a educação básica;
II - propor, apoiar e supervisionar a implementação de políticas e ações de desenvolvimento e avaliação de materiais didático-pedagógicos para a educação básica;
III - propor a produção de conteúdos, programas educativos e material didático em diferentes mídias, para os diferentes níveis da educação básica;
IV - planejar a produção e pós-produção de programas educativos, bem como a aquisição de produção de terceiros;
V - coordenar e acompanhar as produções de conteúdos, programas educativos e material didático a cargo de terceiros, para garantir padrão de qualidade e adequação às orientações curriculares para os diferentes níveis de educação;
VI - formular, implementar e apoiar programas que utilizem as tecnologias da informação e da comunicação para promover a interatividade e a integração das diferentes linguagens e mídias, visando à melhoria da qualidade da educação;
VII - fomentar, coordenar e avaliar a utilização da tecnologia de redes na educação;
VIII - promover estudos dos sistemas informatizados, visando universalizar sua utilização em sala de aula e na gestão educacional;
IX - analisar a viabilidade técnica de programas e projetos de tecnologia educacional, adequando-os às políticas e diretrizes nacionais da educação, em todos os níveis e modalidades;
X - orientar os sistemas de ensino estaduais e municipais na formulação de normas e no estabelecimento de padrões a serem adotados na utilização de tecnologias da informação e da comunicação;
XI - identificar, selecionar, manter e disponibilizar, por meio eletrônico, acervos para uso didático-pedagógico, apoiando o desenvolvimento e a implementação de novas ferramentas de armazenamento e disponibilização; e
XII - fomentar a utilização de ferramentas de educação a distância.

Art. 12. À Diretoria de Apoio à Gestão Educacional compete:
I - propor, fomentar e coordenar ações que promovam, junto aos sistemas de ensino, tanto a inserção de problemáticas sociais nos conteúdos escolares como a criação de canais coletivos de formulação, de gestão e de fiscalização das políticas educacionais;
II - promover estudos gerenciais acerca dos sistemas de ensino, visando ao aprimoramento da gestão pública educacional;
III - subsidiar os sistemas de ensino com instrumentos capazes de fortalecer a gestão democrática, atuando na formação de dirigentes, gestores e conselheiros da educação;
IV - incentivar o fortalecimento institucional e a modernização das estruturas das secretarias de educação e das escolas; e
V - desenvolver tecnologias voltadas ao planejamento e gestão da rede de escolas da educação básica.

Art. 13. À Diretoria de Apoio aos Sistemas Públicos de Ensino e Promoção da Infraestrutura Física e Tecnológica Escolar compete*:*
I - planejar e coordenar ações visando à execução de programas e projetos de tecnologia educacional, em todos os níveis e modalidades da educação básica;
II - proceder ao acompanhamento e à avaliação dos programas, com definição de indicadores de desempenho e resultados, interagindo com as áreas afins;
III - fomentar o desenvolvimento da infraestrutura escolar e da área de tecnologias da informação, junto aos sistemas públicos de ensino nos Estados, Municípios e Distrito Federal;
IV - analisar a viabilidade técnica e financeira de programas e projetos educacionais, adequando-

os às políticas e diretrizes educacionais da educação básica;
V - propor, em articulação com outros órgãos competentes, critérios para a transferência de recursos financeiros aos sistemas de ensino e às organizações governamentais e não governamentais;
VI - acompanhar, monitorar e avaliar a execução de planos, programas e projetos aprovados pela Secretaria de Educação Básica;
VII - definir e propor ações para definição de padrões nacionais de materiais, mobiliários e equipamentos de uso escolar, bem como formular políticas de aquisição e distribuição para as redes escolares públicas;
VIII - planejar, coordenar e executar as ações referentes ao gerenciamento da concessão dos certificados das entidades beneficentes de assistência social da área de educação, com atuação na educação básica;
IX - propor diretrizes, normas e padrões técnicos que orientem a execução dos projetos educacionais; e
X - participar de ações intersetoriais que visam à melhoria da qualidade da educação.

Organograma Estrutural



Fonte: Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011.

Gabinete

Coordenação Geral de Gestão e Planejamento (CGPG)

Diretoria de Currículos e Educação Integral (DICEI)
Coordenação-Geral de Educação Infantil (COEDI)
Coordenação-Geral do Ensino Fundamental (COEF)
Coordenação-Geral de Ensino Médio (COEM)
Coordenação-Geral de Ações Educacionais Complementares (CGAEC)

Diretoria de Formulação de Conteúdos Educacionais (DCE)
Coordenação-Geral de Tecnologia da Educação (COGETEC)
Coordenação-Geral de Materiais Didáticos (COGEAM)
Coordenação-Geral de Mídias e Conteúdos Digitais (CGMID)

Diretoria de Apoio à Gestão Educacional (DAGE)
Coordenação-Geral de Gestão Escolar (CGGE)
Coordenação-Geral de Redes Públicas (CGRP)

Diretoria de Apoio aos Sistemas Públicos de Ensino e Promoção da Infraestrutura Física e Tecnológica (DASE)
Coordenação-Geral de Infraestrutura Escolar e Tecnologias da Informação (CGTI)
Coordenação-Geral de Apoio aos Sistemas Públicos de Ensino (CGAS)

2.2 Estratégia de atuação da SEB frente às responsabilidades institucionais

As estratégias de atuação da SEB frente as suas responsabilidades institucionais estão previstas no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, nos termos dos 28 incisos do artigo 2º do Decreto n° 6.094 de abril de 2007, a seguir transcritos:

"I - estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir;

II - alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico;

III - acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua freqüência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente;

IV - combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contra-turno, estudos de recuperação e progressão parcial;

V - combater a evasão pelo acompanhamento individual das razões da não-freqüência do educando e sua superação;

VI - matricular o aluno na escola mais próxima da sua residência;

VII - ampliar as possibilidades de permanência do educando sob responsabilidade da escola para além da jornada regular;

VIII - valorizar a formação ética, artística e a educação física;

IX - garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas;

X - promover a educação infantil;

XI - manter programa de alfabetização de jovens e adultos;

XII - instituir programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação;

XIII - implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação, privilegiando o mérito, a formação e a avaliação do desempenho;

XIV - valorizar o mérito do trabalhador da educação, representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional;

XV - dar conseqüência ao período probatório, tornando o professor efetivo estável após avaliação, de preferência externa ao sistema educacional local;

XVI - envolver todos os professores na discussão e elaboração do projeto político pedagógico, respeitadas as especificidades de cada escola;

XVII - incorporar ao núcleo gestor da escola coordenadores pedagógicos que acompanhem as dificuldades enfrentadas pelo professor;

XVIII - fixar regras claras, considerados mérito e desempenho, para nomeação e exoneração de diretor de escola;

XIX - divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da educação, com ênfase no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, referido no art. 3º;

XX - acompanhar e avaliar, com participação da comunidade e do Conselho de Educação, as políticas públicas na área de educação e garantir condições, sobretudo institucionais, de continuidade das ações efetivas, preservando a memória daquelas realizadas;

XXI - zelar pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social;

XXII - promover a gestão participativa na rede de ensino;

XXIII - elaborar plano de educação e instalar Conselho de Educação, quando inexistentes;

XXIV - integrar os programas da área da educação com os de outras áreas como saúde, esporte, assistência social, cultura, dentre outras, com vista ao fortalecimento da identidade do educando com sua escola;

XXV - fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educandos, com as atribuições, dentre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução das metas do compromisso;

XXVI - transformar a escola num espaço comunitário e manter ou recuperar aqueles espaços e equipamentos públicos da cidade que possam ser utilizados pela comunidade escolar;

XXVII - firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infra-estrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas;

XXVIII - organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB."

O Programa Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, como parte do Plano Nacional de Educação (PDE), compartilha - União, unidades federadas e municípios - as competências políticas, técnicas e financeiras na execução dos programas de manutenção e desenvolvimento da educação, tendo em vista expandir e melhorar a qualidade da educação básica, contribuir para sua universalização e avaliar seu desempenho.

A União incentiva e apoia o adimplemento das vinte e oito diretrizes relacionadas no Decreto n° 6.094/2007 por meio de assistência técnica aos sistemas de ensino estaduais, distrital e municipais. Em regime de colaboração, os técnicos das secretarias estaduais de educação e os integrantes de universidades compõem as equipes de assistência do Compromisso Todos pela Educação, o qual se inicia com a adesão ao Plano de Metas do PDE pelos entes, que em seguida passam a elaborar seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR), com duração plurianual e construído de forma coletiva com a participação de gestores e educadores locais. Para sua elaboração, subsidiam-se do diagnóstico de quatro dimensões do sistema educacional: gestão, formação de profissionais, práticas pedagógicas e avaliação, infraestrutura física e recursos pedagógicos.

Em 2011, sob a gestão da SEB, foi iniciado o planejamento para o período 2011-2014 - o Distrito Federal, dezesseis estados e 2.628 municípios estavam na fase de elaboração do planejamento para esse período e 1.251 municípios iniciaram o diagnóstico da situação local. A fase de análise dos Planos, por parte do Ministério da Educação, está prevista para 2012. Para agilizar e dar transparência aos processos de elaboração, análise e monitoramento das ações do PAR, o MEC disponibilizou o módulo PAR Plano de Metas no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, o qual permite identificar entraves na realização das ações e adotar medidas corretivas ao longo da execução.

No âmbito do PAR, firmam-se termos de convênio ou de cooperação entre o Ministério da Educação/FNDE e o ente apoiado, para implementar as ações de assistência técnica e/ou financeira, observados os limites orçamentários e operacionais, e de acordo com as normas constantes de Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). São requisitos para efetivação desses instrumentos:

- a formalização de Termo de Adesão ao Compromisso;

- o comprometimento de realização da Prova Brasil, pelas escolas de sua rede, que atendam aos critérios estabelecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep);
- o preenchimento e envio dos dados financeiros, por meio do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE;
- o envio regular de informações sobre a frequência escolar dos alunos beneficiários do Bolsa Família.

Simultaneamente ao planejamento das ações para o próximo quadriênio, em 2011, a SEB centrou esforços na execução das ações de formação de professores e de profissionais da Educação, de fortalecimento e democratização da gestão, bem como de produção e distribuição de material didático-pedagógico, decorrente de sua participação efetiva na execução física e financeira de um conjunto de 10 ações orçamentárias prioritárias integrantes dos Programas 1067 – Gestão da Política de Educação, 1061 – Brasil Escolarizado e 1448 – Qualidade na Escola. A descrição e a análise do desempenho dessas ações são apresentadas ao longo deste Relatório – a execução física e financeira consta dos itens 2.3 e 2.4, respectivamente.

Entre as principais realizações da gestão da SEB, no exercício de 2011, destacaram-se a participação efetiva na formação continuada de 411.354 profissionais, além de 628.749 profissionais que estão em processo de formação na área de educação, distribuídos em todo o território nacional. A SEB participou, ainda, de atividades de organização de eventos e de expansão do uso de tecnologias de informação e comunicação. Os grandes avanços, que permitiram atingir esse propósito, foram a ampliação e a consolidação das parcerias, notadamente, entre o MEC e as Instituições Públicas de Ensino Superior, bem como a expansão do uso da tecnologia ligada à rede mundial de computadores - inclusão da tecnologia de informação e de comunicação ao sistema de ensino-aprendizagem.

A experiência demonstra que o regime de colaboração é um fator determinante no sucesso da execução das ações de educação, a despeito dos problemas e limitações, internas e externas, enfrentados pela SEB em 2011, a exemplo da reestruturação do MEC que ampliou as competências da SEB, sem o proporcional incremento de recursos humanos e materiais; do longo fluxo de procedimentos impostos pela legislação federal que rege a transferência voluntária de recursos – da apresentação do projeto à liberação dos recursos financeiros; da restrição orçamentária relativa às despesas com passagens e diárias que inviabilizou parte das ações planejadas; e da complexidade logística inerente à ação de formação, que exige a colaboração efetiva dos parceiros na mobilização em larga escala dos profissionais de educação.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da SEB

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da SEB

Apesar desta Unidade executar ações dos Programas de Governo 1448, 1061 e 1067, será apresentado no quadro abaixo apenas o Programa na qual a secretaria da SEB atua como gerente.

Quadro II (A.2.1)- Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1448	Denominação: Programa Qualidade na Escola					
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Ampliar o acesso e melhorar a qualidade da educação básica						
Objetivos Específicos: Expandir e melhorar a qualidade da educação básica						
Gerente: Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva	Responsável:					
Público Alvo: Alunos e Professores da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio)						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
3.430.322.483	3.805.708.115	3.238.443.873	1.399.805.112	1.838.638.761,04	1.374.383.373	

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos (número índice)	29/03/2006	0,85	0,93	0,93	Dados indisponíveis – IBGE divulgará a PNAD 2011 em set/2012
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre os seguintes valores: Numerador = Total observado de séries concluídas pela população na faixa etária de 11 a 18 anos; Denominador = Total esperado de séries concluídas pela população na faixa etária de 11 a 18 anos						
Análise do Resultado Alcançado						
Os últimos dados disponíveis até o momento são referentes a 2009 e informam um índice de 0,81. É muito provável que o índice previsto para o final do PPA (0,93) não seja alcançado. Houve uma estabilização na evolução desse indicador, em relação ao dado anterior. O MEC se manteve empenhado em promover a evolução do indicador, por meio de ações de melhoria da qualidade e fluxo na Educação Básica, especialmente por meio da disponibilização de tecnologias de correção de fluxo.						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos	29/03/2006	4,43	5,40	5,40	Dados indisponíveis – IBGE divulgará a PNAD 2011 em set/2012
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre os seguintes valores: Numerador = Somatório do produto entre o número de séries concluídas (podendo variar de 0 a 15) e a população na faixa etária de 10 a 14 anos com o correspondente número de séries concluídas; Denominador = População na faixa etária de 10 a 14 anos						
Análise do Resultado Alcançado						
Os últimos dados disponíveis até o momento são referentes a 2009 e informam um índice de 4,1. É muito provável que o índice previsto para o final do PPA (5,4) não seja alcançado. Nota-se que o índice se manteve praticamente estável em relação aos dados dos dois anos anteriores, tendência essa que o MEC está se empenhando em reverter por meio da implementação de um conjunto articulado de políticas voltadas para a melhoria da qualidade da educação básica.						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Número médio de séries concluídas da população na faixa etária de 18 a 35 anos	29/03/2006	8,3	9,10	9,10	Dados indisponíveis – IBGE divulgará a PNAD 2011 em set/2012
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre os seguintes valores: Numerador = Somatório do produto entre o número de séries concluídas (podendo variar de 0 a 15) e a população na faixa etária de 18 a 35 anos com o correspondente número de séries concluídas; Denominador = População na faixa etária de 18 a 35 anos						
Análise do Resultado Alcançado						
Os últimos dados disponíveis até o momento são referentes a 2009 e informam um índice de 9,1. Dessa forma, o índice previsto para o final do PPA (9,1) foi alcançado já no ano de 2009. Nota-se uma sensível evolução em relação ao último dado coletado, além de um considerável avanço em relação ao índice de referência.						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Taxa de docentes com nível superior atuando na Educação Infantil (%)	29/03/2006	42,9	70,00	70,00	57,40
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre os seguintes valores: Numerador = Número de docentes com formação de nível superior atuando na Educação Infantil; Denominador = Total de docentes atuando na Educação Infantil						
Análise do Resultado Alcançado						
Os dados referentes a 2011 informam o alcance de um índice de 57,4. Embora tenha havido uma sensível evolução em relação aos dados coletados no ano anterior (50,8), o índice previsto para o final do PPA (70,0) não foi alcançado. O MEC está empenhado em oferecer um conjunto articulado de políticas voltadas para a melhoria da formação dos professores nesse nível de educação, entre as quais se destaca a Universidade Aberta do Brasil – UAB e o Proinfantil, além do Programa de Especialização em Educação Infantil, ofertado no âmbito da Rede Nacional de Formação de Professores.						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	Taxa de docentes com nível superior atuando no Ensino Fundamental (%)	29/03/2006	71,8	85,80	85,80	78,60
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre os seguintes valores: Numerador = Número de docentes com formação de nível superior atuando no Ensino Fundamental; Denominador = Total de docentes atuando no Ensino Fundamental						
Análise do Resultado Alcançado						
Os dados referentes a 2011 informam o alcance de um índice de 78,6. Embora se haja uma sensível evolução em relação ao último dado coletado (74), além de uma evolução em relação ao índice de referência, o índice previsto para o final do PPA não foi alcançado. O MEC está empenhado em oferecer um conjunto articulado de políticas voltadas para a melhoria da formação dos professores, entre as quais se destacam os programas da Rede Nacional de Formação de Professores e a Universidade Aberta do Brasil - UAB.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
6	Taxa de docentes com nível superior atuando no Ensino Médio (%)	31/12/2006	95,40	100,00	100,00	94,10
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre os seguintes valores: Numerador = Número de docentes com formação de nível superior atuando no Ensino Médio; Denominador = Total de docentes atuando no Ensino Médio						
Análise do Resultado Alcançado						
Os dados referentes a 2011 informam o alcance de um índice de 94,1. O índice previsto para o final do PPA (100,0) não foi alcançado. Nota-se que o índice se manteve praticamente estável em relação aos últimos dados coletados, com tendência a um sensível recuo, tendência essa que o MEC está se empenhando em reverter por meio da implementação de um conjunto articulado de políticas voltadas para a melhoria da formação dos professores, entre as quais se destacam os programas da Rede Nacional de Formação de Professores e a Universidade Aberta do Brasil – UAB.						

Fonte: Siafi, Sigplan, IBGE

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela SEB

O quadro a seguir apresenta as ações prioritárias, as quais a Secretaria executa. A SEB, por meio destas ações, continuou a implementar o Plano de Metas, o que permitiu alcançar, pelo menos em parte, o desafio de melhorar a qualidade da educação básica.

Quadro III (A.2.2) - Execução Física das ações realizadas pela SEB

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012*
12	128	1448	6333	A	4	Profissional Beneficiado	189.954	93.153	
12	128	1448	8680	A	4	Agente Educacional Capacitado	45.617	6.193	
12	573	1448	8602	A	4	Kit Tecnológico Educacional Distribuído	1.000.000	567.727	
12	365	1448	8682	A	4	Sistema de Ensino Apoiado	5.564	5.564	
12	361	1448	8684	A	4	Sistema de Ensino Apoiado	5.591	22.477	
12	362	1448	8686	A	4	Sistema de Ensino Apoiado	27	12	
12	392	1448	8870	A	4	Evento Realizado	3	4	
12	128	1061	8429	A	4	Aluno Matriculado	210.000	1.561	
12	128	1061	8434	A	4	Material Multimídia Disponibilizado	75.000	10.874	
12	301	1061	4042	A	4	Aluno Beneficiado	609.055	10	
12	122	1067	8373	OP	4	-	-	-	

Fonte: : Lei 12.381/11, Siafi Gerencial, SIMEC

*A coluna meta a ser realizada em 2012 não se aplica, uma vez que o novo Plano Plurianual (2012-2015) entrará em vigor neste ano com a implantação de novas ações orçamentárias.

Os resultados da execução das ações orçamentárias prioritárias, com a participação da SEB, em 2011, são apresentados de forma sintética – a síntese da execução física por ação e subação é apresentada a seguir; a síntese da execução orçamentária por ação e subação é apresentada nas Tabelas IV, V, VI e VIII e VIII do Anexo I.

Ação 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica

A finalidade dessa ação é ampliar a oferta de meios de capacitação e formação inicial e continuada, presencial, de professores e profissionais da educação básica, que atuam nas escolas e nos sistemas de educação públicos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio. Em 2011, a ação 6333 apresentou o seguinte desempenho físico, segundo suas principais subações – Tabela I:

Tabela I Execução física da Ação 6333: Profissionais beneficiados

Subação	Inscritos em 2011		Inscritos em anos anteriores		Total
	Em formação em 2011	Titulados/ Certificados em 2011	Em formação em 2011	Titulados/ Certificados em 2011	
Rede	1.555	820	24.127	1.114	27.616
Gestar	---	---	18.870	1.042	19.912
Proletramento	---	---	31.643	7.019	38.662
Especialização em Educação Infantil	160	---	2.724	---	2.884
Total parcial	1.715	820	77.364	9.175	89.074
Total parcial 2	2.535		86.539		89.074
Total geral	89.074				

Fonte: SEB

Esse desempenho se deve ao trabalho realizado pelas universidades, no âmbito da parceria com o MEC, e reflete a atenção da equipe do Ministério da Educação na condução dos projetos junto às universidades. Essa equipe está orientada para evitar o desperdício de recursos e realizar análise cautelosa dos pedidos de financiamento e de alteração dos projetos. Entre as principais objeções responsáveis pelo nível de desempenho físico da Ação 6333, destacam-se:

- as dificuldades na transferência dos recursos financeiros para execução dos projetos - em 2011, continuou a complexidade na articulação entre Instituições de Ensino Superior, o Ministério da Educação e o FNDE; a tramitação é lenta ao longo do fluxo dos processos, o número elevado de análises para liberar os recursos para executar os projetos demandou muito tempo; para minimizar a burocracia e agilizar a transferência de recursos está prevista para 2012 a consignação direta de crédito nos orçamentos das Universidades Federais; e

- a restrição orçamentária relativa às despesas com passagens e diárias - algumas universidades já haviam se comprometido a realizarem capacitação fora do seu estado de origem e para tal seria necessário o deslocamento com a utilização de passagem e diárias; dada essa impossibilidade, alguns encontros não foram efetivados conforme o cronograma e foram postergados para 2012, inviabilizando a conclusão de parte da atividade de formações planejadas para 2011.

O desempenho segmentado por subações que integram a Ação 6333, em 2011, apresentou o seguinte comportamento:

Rede Nacional de Formação – contribuir com a qualificação da ação docente no sentido de garantir

uma aprendizagem efetiva e uma escola de qualidade para todos constitui um dos objetivos do Programa; para isso, a cooperação e colaboração das Universidades têm relevância no sentido de capacitar de forma contínua professores, gestores, diretores de escolas públicas; em 2011, o MEC repassou os recursos da segunda parcela dos projetos aprovados em 2010 para as Universidades e Institutos Federais, destinados a formar mais 2.375 profissionais; em 2012, está previsto capacitar 3.035 professores em todas as áreas do conhecimento da educação básica.

Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (GESTAR II) – destina-se à formação continuada de professores, na modalidade semipresencial, dos anos/séries finais do Ensino Fundamental nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática; em 2011, o MEC transferiu para as Universidades recursos da segunda parcela dos projetos aprovadas em 2010 e destinados à formação de 19.912 cursistas nos dois anos; em 2012, está previsto capacitar 16.715 professores das redes públicas de ensino.

Pró-Letramento – promove a formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental tendo em vista contribuir para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem; em 2011, o MEC descentralizou recursos para Universidades para complementar a parcela de projetos iniciados em 2010 e para os novos projetos; entre 2010 e 2011 houve um alcance de 133.566 vagas e 7.019 cursistas concluíram os cursos; em 2012, está previsto capacitar 40.000 professores.

Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil – o curso se insere no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores para Educação Infantil e conta com a parceria de Instituições Federais de Ensino Superior e as Secretarias Municipais de Educação; em 2011, o MEC descentralizou cerca de R$ 3.888.155,14, para complementar projetos em andamento e para novos projetos, destinados à formação de 2.884 cursistas nos dois anos; em 2012, está previsto formar 2.000 professores.

Ação 8680 - Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino

Com a finalidade de assegurar a sustentabilidade da política educacional e a participação efetiva das comunidades educacionais, escolares e locais, ampliar a capacitação dos profissionais da educação básica e desenvolver modelos gerenciais que propiciem melhorias de gestão às escolas e às secretarias de educação, fortalecendo o regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a ação apresentou, em 2011, os seguintes desempenhos físico, segundo suas principais subações – Tabela II:

Tabela II - Execução física da Ação 8680: Agente Educacional Capacitado

Subação	Inscritos em 2011		Inscritos em anos anteriores		Total
	Em formação em 2011	Titulados / Certificados em 2011	Em formação em 2011	Titulados/ Certificados em 2011	
Escola de Gestores	2.525	---	---	1.899	4.424
PRADIME	400	374	268	364	1.406
Conselhos Escolares	1.072	3.988	---	671	4.659
Pró-Conselho	---	796	956	---	1.752
Total parcial 1	2.925	5.158	1.224	2.934	12.241
Total parcial 2	8.083		4.158		12.241
Total geral	12.241				

Fonte: SEB

Esse desempenho se deve ao esforço para ampliar a oferta do número de vagas e de profissionais capacitados, em atendimento as demandas do Plano de Ações Articuladas das redes municipais e estaduais de ensino e do Plano de Metas do PDE. Entre as principais objeções responsáveis pelo nível de desempenho físico da Ação 8680, destacam-se:

- a alta rotatividade do público-alvo das subações de formação;
- as dificuldades tecnológicas dos municípios;
- a não conclusão do processo de aprovação dos Projetos, no prazo, para descentralização de recursos e dos limites para oferta de novas vagas por parte das universidades parceiras;
- a inexistência de sistema de monitoramento dos cursos de formação de profissionais da educação; e
- a impossibilidade de descentralização de recursos para o pagamento de diárias e passagens.

O MEC e as instituições parceiras têm trabalhado no sentido de superar essas dificuldades e de aprimorar os processos de formação. Contribuíram, nesse sentido:

- a reformulação do processo de planejamento da Coordenação Geral de Redes Públicas (CGRP) e da Coordenação Geral de Gestão Escolar (CGGE) tendo em vista a seleção de Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) que apresentam melhor desempenho/colaboração em relação às demandas da SEB;

- a ampliação do público-alvo do programa a fim de aumentar o alcance do programa na ponta (ex: conselheiros escolares) e garantir a permanência de quadros qualificados nas Secretarias Municipais de Educação em cursos caracterizados pela alta rotatividade do público-alvo (ex: o Pradime incluirá em seu público alvo, a partir de 2012, técnicos efetivos do alto escalão das Secretarias Municipais de Educação);

- a implementação de um sistema de monitoramento mensal dos programas voltados para qualificação dos profissionais da educação; vale destacar o Sistema de Informação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (SICE), em desenvolvimento no FNDE e com previsão de funcionamento no 1° semestre de 2012, permitirá a identificação mensal de problemas tanto na oferta dos cursos pelas IPES quanto na demanda (evasão e baixo desempenho), e viabilizará a constituição de uma Rede de Tutoria para a formação de um amplo contingente de conselheiros escolares de forma efetiva e controlada.

Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública – com o objetivo de contribuir com a qualificação da gestão escolar, o MEC descentraliza recursos para Instituições Públicas de Ensino Superior para cursos de especialização à distância para gestores e coordenadores pedagógicos, produção de materiais e certificação. Em 2011, o Programa contou com a participação de 32 Universidades, sendo que 8 (oito) universidades abriram novas turmas, totalizando a oferta de 3.900 vagas, a formação de 1.899 profissionais matriculados em exercícios anteriores e o volume de recurso descentralizado correspondeu a R$ 2.761.930,48. A partir do novo fluxo de adesão ao programa, iniciado em 2011, a previsão para o período 2012-2013 é ofertar cerca de 30 mil vagas, revisar e atualizar os conteúdos dos cursos atuais e oferecer novos cursos, com carga horária reduzida, visando atender à diversidade do público-alvo.

Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime) – disponibiliza formação presencial e à distância para os dirigentes municipais de educação atuarem frente à gestão pública; os cursos são ofertados pelas Universidades parceiras que recebem recursos do MEC mediante descentralização. Em 2011, foram formados 364 dirigentes inscritos em 2010 e 374 em 2011, permanecendo, em formação, 268 inscritos de 2010 e 400 de 2011, totalizando 1.406 cursistas; foi iniciado novo fluxo de pré-inscrição para os cursos à distância tendo a plataforma do PAR/SIMEC como instrumento. A previsão para 2012 é ofertar 3000 vagas, sendo duas por município - uma para o Dirigente Municipal e outro para técnico das secretarias municipais de educação; a adesão ao Programa realizada por meio de termo de compromisso; os conteúdos do curso vêm sendo

atualizados e mais encontros presencias serão realizados conforme as necessidades das regiões.

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – mediante a formação continuada de técnicos das secretarias de educação, estaduais e municipais, e de conselheiros escolares, o Programa visa estimular a criação e o fortalecimento dos conselhos escolares, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino ofertado. Para isso, realiza encontros presenciais e cursos à distância em parceria com Instituições Federais de Ensino Superior. Em 2011, foram realizados diversos encontros presenciais de formação que contaram com 4.544 novos participantes, entre conselheiros escolares e técnicos das secretarias de educação; para a formação à distância foram descentralizados recursos da ordem de R$ 265.377,20 referentes a vagas abertas em 2011 (800) e que serão abertas em 2012 (4.200), totalizando uma oferta de 5.000 vagas para 2012. Para o período 2012-2013, estão previstas a revisão e a atualização dos conteúdos do curso atual voltado para técnicos da secretaria e a oferta de um novo curso, com conteúdo organizado em módulos independentes e carga horária reduzida, visando atender diretamente conselheiros escolares por meio de uma Rede de Tutoria. A oferta inicial, através desta Rede de Tutoria, será de 94.984 vagas em 2012 e 189.967 em 2013.

Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho) – busca capacitar de forma contínua os Conselheiros Municipais de Educação, técnicos e dirigentes das Secretarias Municipais de Educação com o objetivo de avaliar e fiscalizar as políticas educacionais. Em 2011, foram ofertadas 1.200 vagas para o curso de Formação Continuada para Conselheiros Municipais de Educação, em parceria com três Universidades Federais. No período 2012-2013, estão previstas a oferta de 4.400 vagas, a revisão e atualização do curso e dos seus conteúdos, a oferta de um novo curso com conteúdo em módulos com carga horária reduzida, visando atender diretamente os conselheiros municipais de educação das diferentes regiões brasileiras, e a criação de um sistema de informação, monitoramento e acompanhamento dos cursos do Programa.

Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola) - integra o conjunto de estratégias previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e tem o propósito de concorrer para a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas brasileiras de ensino fundamental que se encontram abaixo da média nacional. A implementação, por meio da articulação entre o MEC, as Secretarias de Educação estaduais e municipais e as escolas priorizadas, utiliza como principal ferramenta o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC). Em 2011, a principal realização do programa concentrou-se na reformulação da metodologia atualmente denominada PDE Interativo, que será disponibilizado em 2012 para todas as escolas públicas do Brasil, independente do repasse de recursos federais. O público-alvo em 2011 foi composto por 19.096 escolas públicas estaduais e municipais, de todos os níveis da educação básica.

Ação 8602 - Disseminação de Tecnologias Educacionais

A Ação 8602 compreende a disseminação de tecnologias educacionais inovadoras, os eventos científicos e o prêmio professores do Brasil. Em 2011, o MEC disponibilizou recursos para a avaliação de tecnologias educacionais voltadas para a Educação integral e para a realização de feiras e eventos científicos – feira regional de Ciências, Semana Nacional da Ciência e Tecnologia, e Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento; financiou projetos que promovem a educação científica; e realizou o prêmio professores do Brasil – iniciativa que visa valorizar os professores da rede pública de ensino. Nesse contexto, também se enquadram as tecnologias de correção de fluxo financiadas pelo MEC/FNDE por meio de contratos firmados em 2009.

Disseminação de Tecnologias Educacionais Inovadoras - entre as dificuldades encontradas na execução dessa subação, destacam-se os procedimentos relativos à transferência de recursos financeiros. A ausência de uma resolução específica para a Disseminação de Tecnologias Educacionais atrasou o processo de descentralização de recursos destinados à avaliação de novas tecnologias. As instituições proponentes dos projetos encontraram dificuldades na utilização dos sistemas de gestão do FNDE, o que provocou atraso na formalização dos processos. Quanto às tecnologias de Correção de Fluxo Escolar, os institutos relatam como principais dificuldades: a falta de conhecimento da situação real de defasagem do município no preenchimento da previsão; falta de recursos (físicos, humanos ou financeiros); alunos distribuídos em várias escolas dificultando a montagem das turmas; transferência de aluno da rede municipal para a rede estadual; erro na formação de turmas e impossibilidade de acompanhamento das turmas da zona rural.

Prêmio Professores do Brasil (PPB) - a implementação do PPB consiste na seleção e premiação das melhores experiências pedagógicas desenvolvidas ou em desenvolvimento por professores das escolas públicas e das instituições educacionais comunitárias, filantrópicas e confessionais, conveniadas aos sistemas públicos de ensino, em todas as etapas da Educação Básica e que, comprovadamente, tenham sido ou estejam sendo exitosas no enfrentamento de situações-problema identificadas pelos professores. Em 2011, foi realizado a 5ª edição do Prêmio e contou com a participação de 120 convidados entre professores, diretores e representantes das entidades parceiras . A premiação contemplou um total de 39 professores e 39 diretores das escolas em que os projetos foram desenvolvidos. A previsão para 2012 é a realização da 6ª edição, além de publicar uma revista cujo conteúdo contempla as experiências premiadas nas edições anteriores como forma de intensificar as estratégias de incentivo à participação dos professores.

Ação 8682 - Apoio à Elaboração da Proposta Pedagógica, Práticas e Recursos Pedagógicos para a Educação Infantil

Em 2011, a Ação 8682 apresentou um bom desempenho físico; o nível do desempenho financeiro pode ser explicado pela morosidade no fluxo do processo e na complexidade dos procedimentos relativos à aprovação dos recursos financeiros. Esse desempenho físico decorreu da execução das atividades do Currículo em Movimento da Educação Infantil e da Política Nacional de Educação Infantil (PNEI), entre as quais:

- execução de atividades voltadas para a disseminação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI;
- aquisição de material pedagógico; assessoramento Técnico Pedagógico no tocante ao Proinfância;
- promoção da igualdade racial na educação infantil;
- pesquisa nacional para caracterização das práticas educativas com crianças moradoras nos territórios rurais brasileiros;
- implantação da obrigatoriedade da Educação Básica a partir dos 4 anos;
- monitoramento e avaliação dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil;
- Política Nacional Primeira Infância; e
- publicações diversas.

Vale ressaltar a articulação estratégica do Ministério da Educação por meio da consolidação de parcerias referentes à Política Nacional de Educação Infantil.

Ação 8684 - Apoio ao Desenvolvimento Curricular, Práticas e Recursos Pedagógicos para o Ensino Fundamental

Em 2011, no âmbito da Ação 8684, foram reproduzidas e distribuídas para as secretarias estaduais e municipais de educação e escolas públicas as seguintes publicações:

a) PDE Prova Brasil: Matrizes de Referência, Temas, Tópicos e Descritores; e
b) Coleção Explorando o Ensino – 6 vol. para os anos iniciais do Ensino Fundamental (Matemática Língua Portuguesa, Ciências, Literatura, Geografia e História).

Além disso, foram confeccionados e distribuídos kits de Jogos de Alfabetização para as secretarias estaduais e municipais de Educação e todas as escolas que possuem alunos matriculados no 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental.

A Provinha Brasil – 1º semestre de 2012 – não foi impressa e distribuída em 2011 devido à limitação de empenho, não houve recurso para a execução da iniciativa. O processo licitatório será realizado com o orçamento de 2012.

Ação 8686 - Apoio ao Desenvolvimento Curricular, Práticas e Recursos Pedagógicos para o Ensino Médio

As principais metas da Ação 8686 foram atingidas parcialmente, sem a utilização direta dos recursos financeiros disponíveis. Cabe destacar a realização das estratégias previstas para o fortalecimento do Ensino Médio por meio da reformulação do Programa Ensino Médio Inovador e a descentralização do monitoramento e da avaliação institucional do Programa para a UFPR.

As maiores dificuldades relacionadas à execução da Ação 8686 compreendem a incompatibilidade entre as ações previstas e o tempo de tramitação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Programa Ensino Médio Inovador – essa subação integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como estratégia para induzir à reestruturação dos currículos do Ensino Médio, assim como a educação em tempo integral. Em 2011, foi executada a revisão do programa com vistas à sua ampliação: a estrutura, o formato e o documento orientador do programa foram redimensionados e reelaborados, assim como os aspectos relativos às etapas e às formas de adesão, distribuição dos recursos, a organização dos projetos, os critérios de seleção e o tratamento pedagógico do projeto. No período 2010-2011, o total de 354 escolas foram atendidos em 18 unidades federadas. A previsão para 2012 é ampliar o atendimento para as 27 unidades federadas perfazendo um total de aproximadamente 2000 escolas.

Currículo da Educação Básica – essa subação integra as ações 8682, 8684 e 8686: mediante a implementação do Programa Currículo em Movimento, a SEB vem desenvolvendo, fomentando e disseminando estudos e pesquisas sobre o currículo da Educação Básica; criando espaços de interlocução e promovendo debate nacional, compreendendo todas as etapas da Educação Básica, envolvendo professores, gestores e demais profissionais de educação na discussão das concepções de currículo e nos desdobramentos desse debate. Em 2011, a SEB criou o Grupo de Trabalho com o objetivo de desencadear um debate que colabore para a construção de recomendações para uma política curricular da educação básica que considere a trajetória formativa dos 0 aos 17 anos, com a proposição de expectativas de aprendizagem e desenvolvimento para cada ciclo de formação/nível de ensino, a partir das determinações da emenda constitucional 59, das novas diretrizes curriculares da educação básica e de seus respectivos níveis e das proposições do Plano Nacional de Educação 2011-2020 (PL 8035/2010). Em 2012 espera-se que a proposta seja finalizada e homologada, e a principal atuação do Ministério da Educação estará centrada na disseminação dessa proposta junto

aos sistemas estaduais de ensino, envolvendo Secretarias de Educação, buscando alcançar escolas e professores. Outro segmento que deve ser alcançado é aquele das instituições de ensino superior, de modo que as Diretrizes sejam assimiladas e inseridas nos programas de formação docente inicial e continuada. Também está prevista publicação conjunta das DCN (educação básica – gerais, educação infantil, ensino fundamental e médio).

Ação 8870 - Olimpíadas Escolares

Em 2012, o destaque dessa ação foi a realização de duas olimpíadas escolares: a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) e a Olimpíada de Língua Portuguesa "Escrevendo o Futuro" (OLP). Para isso, o Ministério da Educação repassou aos parceiros, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e CENPEC, o montante de R$ 26.810.272,65. Havia, nesse mesmo ano, previsão para a realização da Olimpíada de Ciência, mas em virtude de dificuldades quanto ao repasse de recursos ao MCT/CNPq, postergou-se o projeto para 2012, que contará com a participação da Capes.

Olimpíadas de Matemática – com o intuito de estimular o desenvolvimento da disciplina e aproximar as universidades e os institutos de pesquisa das escolas públicas, o projeto premia alunos do Ensino fundamental (6° ao 9° ano) e do Ensino Médio, professores, escolas e secretarias de educação. Em 2011, o MEC repassou ao MCT o montante de R$ 20.515.000,00 para realização da 7ª edição desse evento, o qual obteve um total de 18.719.916 inscritos oriundos de 44.691 escolas. A previsão para 2012 é realizar a 8ª edição e ampliar os números alcançados em 2011.

Olimpíadas de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro – com foco na leitura e na produção de textos, o projeto proporciona em anos pares a premiação de alunos do 5° ano do ensino fundamental ao 3° ano do ensino médio e, em anos ímpares, disponibiliza a formação aos professores inscritos. Em 2011, o MEC repassou ao CENPEC o total de R$ 6.295.272,65 para dar continuidade ao projeto. Nesse mesmo ano houve a formação de 433 pessoas e a publicação da revista "Na Ponta do Lápis". A previsão para 2012 é realizar a 3ª edição do concurso com a ampliação do número de professores e alunos inscritos.

Olimpíadas Escolares – atua como instrumento de estímulo e expansão do ensino das ciências da natureza nas escolas públicas de educação básica. Em 2011, o MEC pretendia repassar ao CNPq R$ 4.000.000,00 para a realização de Chamada Pública para Feiras e Mostras Científicas, no entanto, não foi possível ao FNDE transferir o recurso na rubrica solicitada pelo CNPq. Para que os trabalhos não fossem prejudicados, os recursos serão descentralizados pela CAPES. A realização dos eventos ocorrerá ao longo de 2012.

Ação 8429 - Formação Inicial e Continuada a Distância

A finalidade da Ação 8429 é a capacitação e a formação inicial e continuada, à distância, semi-presencial e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas. Em 2011, essa ação apresentou o seguinte desempenho físico, segundo as suas principais subações – Tabela III:

Tabela III - Execução física da Ação 8429: Profissionais beneficiados

SUBAÇÃO	INSCRITOS EM 2011		INSCRITOS EM ANOS ANTERIORES		TOTAL POR PROGRAMA
	EM FORMAÇÃO EM 2011	TITULADOS / CERTIFICADOS EM 2011	EM FORMAÇÃO EM 2011	TITULADOS/ CERTIFICADOS EM 2011	
MÍDIAS NA EDUCAÇÃO	15.033	8.363	93.601	40.694	157.691
PROINFANTIL	---	5.140	8.234	---	13.374
UCA	3.886	765	---	---	4.651
PROINFO INTEGRADO	136.037	99.224	288.730	237.795	761.786
TOTAL PARCIAL	154.956	113.492	390.565	278.489	937.502
TOTAL PARCIAL 2	268.448		669.054		937.502
TOTAL GERAL	937.502				

FONTE: SEB

Entre as ações executadas pela SEB destacam-se as de formação inicial e continuada. Com a inclusão da tecnologia de informação e de comunicação ao sistema de ensino-aprendizagem, particularmente dos meios virtuais, pretendeu-se diminuir a evasão dos cursistas e ampliar o numero de parcerias com Instituições Públicas. Em 2011, no primeiro momento, verificou-se uma redução no desempenho desta ação em virtude da reestruturação interna do MEC com a redistribuição de projetos. Com isso, houve suspensão de alguns projetos e a não adesão de Institutos Federais de Educação Superior (IFEs), contribuindo para reduzir a quantidade de recurso descentralizado. Verificou-se o limite de empenho da ordem de R$ 26 milhões do Projeto Pro-Licenciatura, sob gestão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que contribui, de forma cumulativa, para a baixa execução orçamentária. As providencias adotadas referem-se à continuidade dos projetos iniciados em anos anteriores e estruturação de novas propostas de cursos para o ano de 2012.

Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação – constitui um dos objetivos dessa subação contribuir para a formação de profissionais em educação, sobretudo professores da Educação Básica, na perspectiva de inclusão das Mídias Digitais no processo ensino-aprendizagem. Em 2011, foram repassados recursos da ordem de R$ 394.786,96 para 6 (seis) Universidades Federais e para o Instituto Federal Sul Rio-Grandense, destinados à capacitação de mais 2.160 cursistas com previsão de término em 2012.

Programa de Formação Inicial para Professores em exercício na Educação Infantil (Proinfantil) – com o objetivo de habilitar , em Magistério, professores da educação infantil em exercício, o MEC conta com a parceria dos Instituições Federais de Ensino, que conduzem desde a etapa de execução do curso até a avaliação das ações do Programa. No período 2010-2012, a estimativa é formar 12.000 professores. Até o momento, foram formados 5.140 cursistas.

UCA - o Projeto Um Computador por Aluno busca ampliar o acesso de inclusão digital escolar e promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e de comunicação. Em 2011, o efetivo de 4.651 professores foram capacitados pelo projeto; em 2012, está prevista a formação de 6.305 cursistas.

Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologias Educacionais (Proinfo Integrado) – essa subação visa fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação e promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos. Em 2011, houve o repasse de recursos em torno de R$ 4.470.329,19 para Universidades tendo em vista a capacitação dos profissionais, realização de pesquisa e oferta do curso de Especialização em Tecnologia na Educação. A previsão em 2012 é formar 1.000 tutores para atuar

no curso Educação Digital e 150.000 professores.

Ação 8434 - Produção e Veiculação de Programas, materiais Pedagógicos e Conteúdos Multimídia para a Educação Pública

A Ação Orçamentária 8434 viabiliza a oferta adicional de materiais didáticos aos profissionais de educação, por intermédio da disponibilização de conteúdo em meio eletrônico e via satélite. Dessa forma, a cada ano aumenta a quantidade ofertada de materiais, veiculados nas plataformas; esses materiais subsidiam o aprimoramento dos profissionais de educação no planejamento das aulas e no processo de gestão. As principais objeções a esta ação referem-se à reestruturação interna do MEC e a redistribuição dos projetos, as quais retardaram o andamento das iniciativas e a limitação de empenho de R$ 9,2 milhões. Entre os projetos dessa ação, destacam-se a TV Escola, Portal do Professor e o Banco Internacional de Objetos Educacionais.

TV Escola – esse projeto tem por objetivo promover a formação continuada de professores, disponibilizar conteúdos educativos para os alunos e para a comunidade, bem como enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, na modalidade à distância, por meio de transmissões da TV Escola via satélite, WEB. Em 2011, foram repassados recursos da ordem de R$ 17.000.000,00 para a produção da programação. Em 2012, a previsão é de R$ 106.600.000,00 destinado à produção de linha TV Escola, transmissão, materiais impressos e de áudio.

Portal do Professor e Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE) – o Portal do Professor apoia o processo de formação de professores e disponibiliza conteúdos educacionais multimídias em diferentes formatos. O BIOE mantém e compartilha recursos educacionais digitais relevantes para a realidade da comunidade educacional. Em 2011, foram repassados recursos da ordem de R$ 668.350,00 para Instituições Públicas de Ensino Superior. Desde o lançamento do Portal e do BIOE foram registrados 5.191.920 e 2.534.137 acessos, respectivamente. No Portal estão disponíveis mais de 11.000 aulas elaboradas por professores de todo o país; no Banco há em torno de 15.416 objetos publicados. Foi estimado para 2012 o repasse de R$ 1.000.000,00 para os dois Programas com a finalidade de produzir conteúdos educacionais.

Ação 4042 - Capacitação para Promoção da Saúde na Escola

Parte dos recursos da Ação 4042 foram destinados, em 2011, à aquisição de material clínico e didático-pedagógico para subsidiar a execução das atividades em 2012. O entrave na execução orçamentária se deve, em parte, à morosidade na aprovação das amostras clínicas dos materiais para posterior distribuição as escolas.

Programa Saúde na Escola (PSE), Programa Interministerial (MEC-Ministério da Saúde), foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286/2007, com a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. No período 2008-2010, o número de atendimentos totalizou 43.209 escolas e 8.502.412 estudantes. Em 2011, foram realizados 10 encontros de mobilização nacional para o Dia Mundial de HIV/AIDS e um encontro de capacitação dos Gestores do Grupo de Trabalho Intersetorial dos estados, perfazendo um total de 1.286 profissionais formados, com capacidade de atingir e beneficiar cerca de 1.286.000 alunos com as ações do PSE. A previsão para 2012 é capacitar 75.000 profissionais das áreas de educação e saúde no Curso de Formação de Educadores para Prevenção do Uso de Drogas.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro IV (A.2.3) - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Educação	26101	150014

Fonte: Lei 12.381/11

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

Este subitem não se aplica uma vez que SEB não é Unidade Orçamentária.

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

2.4.3.1 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Este subitem não se aplica, uma que vez que a SEB não é Unidade Orçamentária.

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro V (A.2.7) - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	150002	8373			5.390.885,00
		150028	8373			1.266.050,00
		150002	8434			1.680.489,00
	Recebidos	150014	8373			4.971.609,00
		150014	8434			17.678.000,00
Movimentação Externa	Concedidos	180002	8373			125.083,00
		153045	8434			500.000,00
		153062	8434			168.000,00
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG concedente ou recebedora**	**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
				4 – Investimentos	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Movimentação Interna	Concedidos	150002	8373	5.562.758,00		
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: Siafi Gerencial

Esse Demonstrativo refere-se apenas aos créditos orçamentários das ações 8373 e 8434 movimentados pela UG/SEB (150019)

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da SEB

1..1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro VI (A.2.8) - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da SEB

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	8.300.563,00		8.300.563,00	
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	32.022.362,00		32.022.362,00	
Inexigibilidade	4.053,13		4.053,13	
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	785.181,91		785.181,91	
Outros				
Acordo de Coorperação - OI	1.266.050,00		1.266.050,00	
Descentralização Externa	5.600,00		0,00	
Exercícios Anteriores - Impr. Nac.	47.437,94		47.437,94	
Exercícios Anteriores _ Passagens	35.342,19		35.342,19	
Ressarcimentos	2.577,46		2.577,46	

Fonte: Siafi gerencial

Os valores acima se referem apenas aos da SEB como UG executora e das descentralizações recebidas e concedidas.

1.1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro VII (A.2.9) - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da SEB

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 – Despesas de Pessoal	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3 – Outras Despesas Correntes								
14 - Diárias para Servidores	277.350,00		277.350,00				277.350,00	
30 – Material de Consumo	5.600,00		5.600,00				-	
33 – Passagens Aéreas	1.081.646,00		1.081.646,00				1.081.646,00	
36 – Outros Serviços de Terceiros - PF	507.832,00		507.832,00				507.832,00	
39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	39.905.488,00		33.925.332,00				33.925.332,00	
41 – Contribuições	1.266.050,00		1.266.050,00				1.266.050,00	
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	82.780,00		82.780,00				82.780,00	
93 – Indenizações e Restituições	2.577,00		2.577,00				2.577,00	

Fonte: Siafi Gerencial

1..1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro VIII (A.2.10) - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da SEB Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
52 – Euipamentos e Material Permanente	5.562.758,00		5.320.000,00				5.320.000,00	
5 – Inversões Financeiras								
6 – Amortização da Dívida								

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

A SEB não é Unidade Orçamentária. Para executar suas ações, em 2011, ela recebeu os créditos especificados nos subitens 2.4.3.2 e 2.4.4.

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro IX (A.2.11) - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	32.012.886,00		32.012.886,00	
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outras				

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro X (A.2.12) - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 – Despesas de Pessoal	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3 – Outras Despesas Correntes								
39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	32.012.886,00		32.012.886,00		20.000,00		32.012.886,00	

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Este subitem se aplica a SEB, porém não houve execução em 2011.

2.4.7 Indicadores Institucionais

Os indicadores foram construídos com base em estudos e adaptados segundo a realidade de cada item a ser medido. Após apreciação e validação pela Secretaria, encontram-se em processo de implementação e serão disponibilizados no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) para sua efetiva aplicação como instrumento de eficiência, eficácia e efetividade. Tais indicadores, especificados no quadro XI, anexo II, atendem a recomendação do Acórdão nº 2.842/2011 – TCU – 1ª Câmara, item 1.8.2 sobre a aplicação de indicadores de atuação da Unidade.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

Este item não se aplica a natureza jurídica da SEB.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro XII (A.4.1) - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	1.330.171,00	9,00	771.906,00	558.265,00
2010				
2009				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2010				
2009				
...				
Observações: Restos a pagar nas ações 8373 e 8434 nas UG Executoras da SEB e SAA.				

Fonte: Siafi Gerencial

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro XIII (A.5.1) – Força de Trabalho da SEB – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	**Lotação**		**Ingressos no exercício**	**Egressos no exercício**
	Autorizada	**Efetiva**		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	102	102	65	18
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	102	102	65	18
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	79	79	57	13
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	8	8	2	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	2	2	2	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	13	13	4	4
2. Servidores com Contratos Temporários	10	10	-	5
3. Total de Servidores (1+2)	112	112	65	23

Fonte: CGPG/SEB

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

Quadro XIV (A.5.2) – Situações que reduzem a força de trabalho da SEB – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**-**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	**-**
3.1. De oficio, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	2
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	2
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	**-**
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	**-**
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	2

Fonte: CGPG/SEB

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Quadro XV (A.5.3) – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da SEB (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	67	65	15	16
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	67	65	15	16
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	26	26	6	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	4	1	1
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	12	12	5	4
1.2.4. Sem vínculo	15	15	3	4
1.2.5. Aposentados	8	8	-	3
2. Funções gratificadas	29	27	6	4
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	28	26	6	4
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	1	1	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	96	92	21	20

Fonte: CGPG/SEB

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

Quadro XVI (A.5.4) – Quantidade de servidores da SEB por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	**De 31 a 40 anos**	**De 41 a 50 anos**	**De 51 a 60 anos**	**Acima de 60 anos**
1. Provimento de cargo efetivo	34	33	31	10	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	34	32	24	8	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	1	7	2	-
2. Provimento de cargo em comissão	11	21	27	25	8
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	17	19	17	7
2.3. Funções gratificadas	6	4	8	8	1
3. Totais (1+2)	45	54	58	35	12

Fonte: CGPG/SEB

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro XVII (A.5.5) – Quantidade de servidores da SEB por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	2	23	75	8	4	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	2	23	65	8	4	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	10	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	1	-	4	22	53	4	5	3
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	12	42	4	4	3
2.3. Funções gratificadas	-	1	-	4	10	11	-	1	-
3. Totais (1+2)	-	1	-	6	45	128	12	9	3

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: CGPG/SEB

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

A informação sobre o subitem não será apresentado porque a SEB não é responsável pela gestão do cadastro de servidores inativos e pensionistas. A Secretaria-Executiva do MEC informará sobre esses servidores já que exerce o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Serviços Gerais - SISG; de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal, por intermédio das Subsecretarias de Assuntos Administrativos e de Planejamento e Orçamento e da Diretoria de Tecnologia de Informação a ela subordinadas. (Conforme o Decreto nº 6.320/2007)

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro XVIII (A.5.8) - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	6	7	8	9	-
1.1 Área Fim	6	7	8	9	-
1.2 Área Meio	-	-	-	-	-
2. Nível Médio	4	4	6	6	-
2.1 Área Fim	2	2	2	2	-
2.2 Área Meio	2	2	4	4	-
3. Total (1+2)	10	11	14	15	-

Fonte: CGPG/SEB

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

As informações sobre os subitens 5.4, 5.5 e 5.6 serão apresentadas pela Secretaria Executiva do MEC, responsável pela gestão do cadastro de servidores do MEC, bem como pela gestão dos "Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra, Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva, Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, e Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra". (Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011)

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Quadro XIX (A.6.1) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Educação Básica									
CNPJ: 00.394.445/0124-52			**UG/GESTÃO: 150019/00001**						
Informações sobre as transferências									
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Valores Pactuados**	**Valores Repassados**			**Vigência**		**Sit.**
			Global	**Contrapartida**	**No exercício**	**Acumulado até exercício**	**Início**	**Fim**	
3	1	UFMG	168.350,00	0	2011	168.350,00	Dez/2011	Jul/2013	A
3	2	UFC	500.000,00	0	2011	500.000,00	Out/2011	Dez/2012	A
3	3	Ministério do Esporte	125.083,00	0	2011	125.083,00	Out/2011	Dez/2011	A
3	652430	OEI – BRA 09001	6.000.000	0	0	1.595.000	Mar/2009	Dez/2011	A
3	298326	UNESCO – 914BRZ1109*	95.437.117	0	0	38.385.946	Out/2004	Ago/2013	A

LEGENDA

Modalidade:
1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:
1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: Processos arquivados na SCD (Serviço de Conformidade Documental)/SEB e NC de descentralização de recursos no SIAFI.

Estes Termos de Cooperação não foram cadastrados no SIAFI por se tratar de transferência, por meio de NC, no SIAFI. A prestação de contas dos créditos descentralizados deverá integrar as contas anuais da UG proponente a ser apresentada aos órgãos de controle interno e externo, nos termos das normas vigentes.

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro XX (A.6.2) – Resumo dos instrumentos celebrados pela SEB nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	**Secretaria de Educação Básica**					
CNPJ:	**00.394.445/0124-52**					
UG/GESTÃO:	**150019/00001**					
Modalidade	**Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício**			**Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R$ 1,00)**		
	2011	**2010**	**2009**	**2011**	**2010**	**2009**
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	3	0	0	793.433,00	0	0
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte: Processos arquivados na SCD/SEB e NC de descentralização de recursos no SIAFI.

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

Quadro XXI (A.6.3) – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Educação Básica					
CNPJ: 00.394.445/0124-52				**UG/GESTÃO: 150019/00001**	
Modalidade	**Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes**	**Valores** (R$ 1,00)			**% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011**
		Contratados	**Repassados até 2011**	**Previstos para 2012**	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação	3	793.433,00	793.433,00	0	100%
Termo de Compromisso					
Totais					

Fonte: Processos arquivados na SCD/SEB e NC de descentralização de recursos no SIAFI.

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

Quadro XXII (A.6.4) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela SEB na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Educação Básica					
CNPJ: 00.394.445/0124-52	**UG/GESTÃO: 150019/00001**				
Exercício da prestação das contas	**Quantitativos e montante repassados**		**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	**Termo de Cooperação**	**Contratos de Repasse**
2011	**Contas prestadas**	**Quantidade**			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	**Quantidade**		3	
		Montante Repassado		793.433,00	
2010	**Contas prestadas**	**Quantidade**			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	**Quantidade**			
		Montante Repassado			
2009	**Contas prestadas**	**Quantidade**			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	**Quantidade**			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2009	**Contas NÃO prestadas**	**Quantidade**			
		Montante Repassado			

Fonte: Processos arquivados na SCD/SEB e NC de descentralização de recursos no SIAFI.

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Não serão apresentadas as informações sobre este subitem, uma vez que as transferências referentes a convênios passaram, a partir de 2008, a ser executadas por intermédio do FNDE, nos termos da Portaria MEC nº 21, de 04/12/2008.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **João Rodrigues Neves**, CPF nº 149.724.766-72, **Chefe de Divisão – DIOF/SEB/CGPG**, exercido na **Divisão de Orçamento, Planejamento e Finanças** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília,27 de Fevereiro de 2012.

João Rodrigues Neves

149.724.766-72

Chefe de Divisão – DIOF/SEB/CGPG

Divisão de Orçamento, Planejamento e Finanças

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

As informações sobre este subitem serão apresentadas pela Secretaria Executiva do MEC, responsável pela gestão do cadastro de servidores do MEC.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

9.1 Estrutura de controles internos da SEB

Quadro XXIII (A.9.1) – Estrutura de controles internos da SEB

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da SEB percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**X**
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela SEB são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				**X**	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					**X**
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			**X**		
5. Os procedimentos e instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**X**	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				**X**	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					**X**
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				**X**	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					**X**
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da SEB estão formalizados.				**X**	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				**X**	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				**X**	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				**X**	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				**X**	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				**X**	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				**X**	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**X**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				**X**	
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				**X**	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				**X**	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				**X**	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente				**X**	

relacionados com os objetivos de controle.					
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				**X**	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				**X**	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				**X**	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				**X**	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				**X**	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				**X**	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				**X**	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				**X**	

Considerações gerais:

A SEB vem investindo continuamente na implementação e na melhoria de seu sistema de controle, em todos os aspectos - Avaliação de Risco, Ambiente de Controle, Procedimentos de Controle, Informação e Comunicação e Monitoramento.

Desde 2009, a SEB esteve empenhada na construção de um sistema de gestão das suas políticas, que consiste em monitoramento, por meio de relatórios parcial e finais sobre a execução dos programas, encaminhados pelas instituições parceiras. Por meio desse monitoramento, a SEB vem induzindo as instituições a refletir sobre o desempenho alcançado, e a identificar fatores de ordens diversas - gargalos, pontos de estrangulamento - que incidem sobre o cumprimento ou não das metas pactuadas. No entanto, não se tem conseguido extrair desses relatórios os elementos de avaliação que permitiriam à Secretaria promover uma gestão mais qualificada, produtiva e eficaz dos programas sob sua responsabilidade - esse resultado pode ser explicado pelo déficit de pessoal, em quantidade e com o conhecimento especializado e o necessário distanciamento para proceder a uma análise isenta dos documentos. O que torna urgente a disponibilização de um sistema informatizado e integrado de gestão, que contempla desde a formulação da demanda PAR, a execução tanto orçamentário-financeira quando física na ponta, até a alimentação do painel de controle.

Nesse contexto, e considerando o elevado número de projetos descentralizados vigentes, a SEB identificou a necessidade de um sistema de gestão informatizado, mais dinâmico e adequado ao acompanhamento sistemático dos seus programas, que lhe permita dispor com maior rapidez e precisão de dados oriundos de vários parceiros e sistemas que precisam ser interligados.

Ponto importante que pode ser mencionado é a contínua melhoria dos procedimentos de avaliação dos projetos básicos e planos de trabalho que subsidiam a descentralização de recursos desta SEB/MEC ou do FNDE. Esta Secretaria adota uma tabela de referenciais orçamentários e atrela a disponibilização de recursos ao alcance de metas quantificáveis.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ

Fonte: SEB

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Este subitem não se aplica à SEB, pois a execução dos processos de licitações não está entre as suas competências, conforme o Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011. Quando a SEB precisa fazer aquisições que exigem processos de licitação, a demanda é encaminhada para a Secretaria-Executiva do MEC que exerce, também, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Serviços Gerais - SISG; de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal, por intermédio das Subsecretarias de Assuntos Administrativos e de Planejamento e Orçamento e da Diretoria de Tecnologia de Informação a ela subordinadas. (Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011).

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

As informações sobre este subitem não serão apresentadas porque a gestão patrimonial não está entre as competências da SEB, conforme o Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011.

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

As informações sobre este subitem não serão apresentadas porque a Gestão da Tecnologia da Informação não está entre as competências da SEB, conforme o Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011.

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

Este subitem se aplica a SEB, porém, em 2011, não há conteúdo a declarar.

14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

A SEB/MEC também realiza a certificação das entidades beneficentes de assistência social. Com o advento da Lei 12.101/2009, publicada em 30/11/2009, e que alterou os procedimentos da certificação , ao Ministério da Educação foi atribuída a responsabilidade pela certificação das entidades beneficentes atuantes na área educacional, sendo que à Secretaria de Educação Básica coube a apreciação e decisão sobre os requerimentos de certificação das entidades atuantes na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), protocolados anteriormente à vigência da Lei 12.101/2009 no CNAS e que, ainda pendentes de análise, foram transferidos ao MEC em 2010. Após a conclusão da análise dos processos, a SEB encaminha a lista de entidades certificadas à Receita Federal, responsável pela gestão de renúncia de receitas

tributarias, para que esta proceda à concessão das devidas isenções. Portanto, a SEB é responsável apenas pela Certificação não se aplicando a esta Unidade os subitens deste item.

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro XXIV (A.15.1) - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Secretaria de Educação Básica					1975
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
1	015.316/2009-7	2.842/2011	1.8/ 1.8.1		633/2011-TCU/SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Tribunal de Contas da União					
Descrição da Deliberação:					
O TCU recomenda a esta Secretaria que nas próximas contas inclua: 1.8 A avaliação do resultado de cada ação orçamentária, indicando as causas de sucesso e insucesso e especificando, se for o caso, a disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas, medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e responsáveis pela implementação das medidas; 1.8.2 Relação de indicadores, devidamente validados pelo MEC, que permitam mensurar adequadamente a eficiência, eficácia e efetividade da atuação da unidade, contendo obrigatoriamente, a descrição, o tipo, a formula e o método da medição de cada indicador.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Secretaria de Educação Básica					1975
Síntese da providência adotada:					
Os indicadores foram avaliados e validados pelas unidades desta Secretaria As causas de sucesso e/ou insucesso foram especificadas após a citação de cada ação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Conforme descrição no item 2.4.7 deste relatório, os indicadores já se encontram em fase de implementação e serão disponibilizados no Sistema de Monitoramente e Avaliação deste Ministério para sua real aplicação. No que concerne à avaliação do resultado de cada ação, o item 2.3.2 deste relatório apresenta o detalhamento do sucesso e/ou insucesso de cada ação orçamentária e o resultado de cada subação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A contratação de consultoria especializada para a construção de indicadores permitiu o mapeamento das ações e a proposição de análises em termos de eficácia e eficiência. A apuração dos indicadores ainda depende da adoção de rotina específica por parte das diretorias da SEB e da adaptação de módulo do SIMEC.					

Fonte: SEB

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não serão apresentadas informações sobre este subitem porque, no âmbito da SEB, no final do exercício de 2011, não existem pendências de atendimento em relação às Deliberações do TCU.

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro XXV (A.15.3) - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
Secretaria de Educação Básica			1975
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
1	250723	1.1.1.6	Of. Nº 3002/DSEDU II/DS/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Controladoria Geral da União			52303
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 001 (item 1.1.1.6) - providenciar revisão substantiva do Prodoc a fim de adequar as ações do Projeto ás normas legais, em especial ao Acórdão nº 1339/2009 - Plenário, bem como realizar os devidos ajustes financeiros, conforme previsto no art. 29 do Documento de Projeto.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
Secretaria de Educação Básica			1975
Síntese da providência adotada:			
A revisão substantiva do projeto BRA 09/001 foi efetivada com os resultados especificados abaixo e no intuito de adequar a execução às normas legais.			
Síntese dos resultados obtidos			
• Realocação de Recursos nas Linhas Orçamentárias • Redução do Valor Total dos Recursos Orçamentários • Incorporação dos Rendimentos da Aplicação Financeira • Prorrogação de prazo até dezembro de 2012			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fator positivo: Com os ajustes realizados foi possível prosseguir com a implementação do Projeto. O apoio técnico da ABC/MRE foi de grande valia na elaboração do documento revisado.			

Fonte: SEB

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro XXVI (A.15.4) - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
Secretaria de Educação Básica			1975
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
1	014/2011		Oficio nº 32.983/DSEDU II/DS/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Controladoria Geral de União			52303
Descrição da Recomendação:			
1) Que a SEB reformule e atualize o Termo de Adesão, envolvendo a inclusão de providências e prazos específicos, no caso de não realização de atividades de capacitação de professores 2) Que a SEB promova ações de fortalecimento dos NTE, principalmente no âmbito municipal, de forma a promover uma melhor formação dos docentes que atuam com os equipamentos do PROINFO 3) Que a SEB em articulação com o FNDE, desenvolva estratégias de divulgação sobre a formação do Proinfo com o propósito de desenvolver as habilidades dos professores e gestores dos sistemas estaduais e municipais para a utilização dos equipamentos licitados no âmbito do Programa 4) Que a SEB em articulação com o FNDE, reformule os Termos de Configuração de Demanda, que devem representar o pedido dos estados e municípios dentro de suas necessidades, fazendo conter nesse documento o compromisso do município ou Estado em atender seus alunos, professores e gestores nos laboratórios de informática em atividades curriculares durante todo o ano letivo 5) Que a SEB desenvolva estratégias que possibilitem que as informações do Programa, relativas à necessidade de uma efetiva utilização dos computadores recebidos do Governo Federal, cheguem ao conhecimento do beneficiário final, utilizando-se dos recursos de publicidade de utilidade pública			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
Secretaria de Educação Básica			1975
Justificativa para o seu não cumprimento:			
As medidas serão implementadas em 2012 pela SEB em parceira com o FNDE para se adequar às recomendações.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Devemos citar que a transferência de gestão do programa da extinta Secretaria de Educação à Distância para a SEB demandou certa reorganização de processos e consequente atraso na adoção das medidas.			

Fonte: SEB

16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

Este item se aplica a SEB, porém não há conteúdo a declarar.

PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Declaração

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n. º 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada **Secretaria de Educação Básica - SEB** que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 06 de Março de 2012.

Núcia Ferreira da Silva
CRC DF 010702/O-6
Contadora Responsável pela Unidade Jurisdicionada

As informações dos itens 18, 19 e 20 não se aplicam a natureza jurídica da SEB.

18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

19. PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

20. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº 108, DE 24/11/2010.

PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

As informações sobre os itens 21 a 25 não serão apresentados por não pertencem a natureza jurídica da SEB.

21. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

22. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

23. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

24. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

25. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

26. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

26.1 Contratação de consultores na modalidade "produto", no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude	914BRA1109

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: SA-3574/2010					
Objetivo da consultoria: Subsidiar a SECAD e o Programa Escola Aberta com propostas de formações para as equipes nos Estados, incluindo as diretrizes conceituais e metodológicas, para a inserção do tema da diversidade - GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA nas atividades do Programa.					
Período de Vigência		**Remuneração**			
Início	**Término**	**Total Previsto no contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
26/11/2010	26/07/2011	60.000,00	45.400,00	45.400,00	60.000,00

Insumos Externos
Não se aplica

Produtos Contratados		
Descrição	**Data prevista de entrega**	**Valor**
Documento técnico contendo a análise das atividades do Programa Escola Aberta, identificando as interfaces entre as temáticas da diversidade e o programa, para subsidiar a elaboração de propostas de formação à distância na temática de gênero e diversidade na escola no âmbito do Programa Escola Aberta.	20/12/2010	14.600,00
Documento técnico contendo proposta de formação à distância voltada à inserção da temática de gênero e diversidade na escola as atividades do Programa Escola Aberta, incluindo público destinatário, metodologia, conteúdos e resultados esperados	28/02/2011	14.400,00
Documento técnico contendo proposta de implementação de cursos de formação pedagógica sobre o tema de gênero de diversidade na escola para subsidiar as equipes que atuam no Programa, visando à inserção das temáticas de diversidade nas atividades e nos territórios onde se desenvolve o Programa Escola Aberta	06/05/2011	15.800,00
Documento técnico contendo análise das informações sobre o desenvolvimento das atividades de formação realizadas na temática de gênero e diversidade na escola nos territórios do Programa Escola Aberta, considerando os diferentes públicos a que se destina (séries finais do ensino fundamental e ensino médio).	26/07/2011	15.200,00

Consultor contratado	
Nome do consultor: Tania Mara Serzanink de Oliveira	**CPF:** 308.218.941-53
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:	

Fonte: CGPG/SEB

Quadro XXVII(C.16.1) - Consultores contratados na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude	914BRA1109

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: SA-2080/2010

Objetivo da consultoria: Elaboração do registro histórico do desenvolvimento do Programa Escola Aberta com as Secretarias de Educação, por meio dos Comitês Metropolitanos, visando subsidiar o Programa nos processos de autonomia dos parceiros e de apropriação da base metodológica e conceitual pelas instâncias de gestão locais. Para atuação no Estado do Rio de Janeiro.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto no contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
05/07/2010	31/01/2011	60.000,00	00	60.000,00	60.000,00

Insumos Externos

Não se aplica

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento contendo sistematização, análise e avaliação do material coletado sobre o desenvolvimento do programa escola aberta, apresentando proposta de roteiro para aprofundamento dos assuntos identificados.	26/07/2011	16.000,00
Documento contendo o registro histórico do desenvolvimento do programa no estado referenciado, para apreciação e discussão com os gestores do MEC.	27/09/2010	15.500,00
Documento apresentando os impactos e resultados obtidos no período de 2005 a 2009, ressaltando os aspectos metodológicos e conceituais produzidos durante a execução do programa.	29/11/2010	14.000,00
Documento contendo alternativas de canais e fluxo de comunicação para divulgar o registro histórico e os conceitos/métodos construídos objetivando a visibilidade e sustentação do trabalho desenvolvido pelos comitês metropolitanos.	31/12/2010	14.500,00

Consultor contratado

Nome do consultor: Ana Carla de Lemos Bezerra — **CPF:** 031.679.344-25

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:

Fonte: CGPG/SEB

Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude	914BRA1109

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: SA-3583/2010

Objetivo da consultoria: Subsidiar a SECAD e o Programa Escola Aberta com propostas de formações para as equipes nos Estados, incluindo as diretrizes conceituais e metodológicas, para a inserção do tema da diversidade – Educação do Campo nas atividades do Programa.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto no contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
26/11/2010	26/7/2011	60.000,00	45.400,00	60.000,00	60.000,00

Insumos Externos

Não se aplica

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo a análise das atividades do programa escola aberta, identificando as interfaces entre as temáticas da diversidade e o programa, para subsidiar a elaboração de propostas de formação à distância na temática de educação do campo no âmbito do programa escola aberta.	20/12/2010	14.600,00
Documento técnico contendo proposta de formação à distância voltada à inserção da temática de educação do campo nas atividades do programa escola aberta, incluindo público destinatário, metodologia, conteúdos e resultados esperados.	28/02/2011	14.400,00
Documento técnico contendo proposta de implementação de cursos de formação pedagógica sobre o tema de educação do campo para subsidiar as equipes que atuam no programa, visando à inserção das temáticas de diversidade nas atividades e nos territórios onde se desenvolve o programa escola aberta.	06/05/2011	15.800,00
Documento técnico contendo análise das informações sobre o desenvolvimento das atividades de formação realizadas na temática de educação do campo nos territórios do programa escola aberta, considerando os diferentes públicos a que se destina (séries finais do ensino fundamental e ensino médio).	26/07/2011	15.200,00

Consultor contratado

Nome do consultor: Bernadette Marie da Silveira Rodrigues	**CPF:** 659.732.670-91

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:

Fonte: CGPG/SEB

Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude	914BRA1109

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: SA-3578/2010

Objetivo da consultoria: Subsidiar a SECAD e o Programa Escola Aberta com propostas de formações para as equipes nos Estados, incluindo as diretrizes conceituais e metodológicas, para a inserção do tema da diversidade – Educação Ambiental nas atividades do Programa.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto no contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
26/11/2010	26/07/2011	60.000,00	45.400,00	45.400,00	60.000,00

Insumos Externos

Não se aplica

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo a análise das atividades do Programa Escola Aberta, identificando as interfaces entre as temáticas da diversidade e o Programa, para subsidiar a elaboração de propostas de formação à distância na temática de educação ambiental no âmbito do Programa Escola Aberta.	20/12/2010	14.600,00
Documento técnico contendo proposta de formação à distância voltada à inserção da temática de educação ambiental nas atividades do Programa Escola Aberta, incluindo público destinatário, metodologia, conteúdos e resultados esperados.	28/02/2011	14.400,00
Documento técnico contendo proposta de implementação decursos de formação pedagógica sobre o tema de educação ambiental para subsidiar as equipes que atuam no Programa, visando à inserção das temáticas de diversidade nas atividades e nos territórios onde se desenvolve o Programa Escola Aberta.	06/05/2011	15.800,00
Documento técnico contendo análise das informações sobre o desenvolvimento das atividades de formação realizadas na temática de educação ambiental nos territórios do Programa Escola Aberta, considerando os diferentes públicos a que se destina (séries finais do ensino fundamental e ensino médio).	26/07/2011	15.200,00

Consultor contratado

Nome do consultor: Terezinha Aparecida Moreira	**CPF:** 932.678.868-72

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:

Fonte: CGPG/SEB

Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude	914BRA1109

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: SA-364/2011

Objetivo da consultoria: Subsidiar a CGDH na elaboração de diretrizes voltadas à produção de material pedagógico-formativo para profissionais da educação e didático-pedagógico sobre Direitos Humanos (DH) e Educação em Direitos Humanos (EDH) voltados para o público da Educação Básica.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto no contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
11/02/2011	30/12/2011	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00

Insumos Externos

Não se aplica

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo a sistematização de estudos e práticas para que subsidem a elaboração de diretrizes para a formulação de material pedagógico-formativo e didático-pedagógico de Direitos Humanos (DH) e de Educação em Direitos Humanos (EDH).	28/03/2011	12.000,00
Documento contendo proposta dos marcos teóricos e metodológicos que embasarão a elaboração de diretrizes para a avaliação dos materiais pedagógicos-formativos e didático-pedagógicos sobre direitos humanos e educação em direitos humanos, voltados para os públicos da educação básica.	16/05/2011	10.000,00
Documento contendo proposta de diretrizes para inclusão das temáticas relativas aos direitos humanos e à educação em direitos humanos nos projetos político-pedagógicos de escolas, incluindo aquelas do Programa Escola Aberta.	01/07/2011	11.000,00
Documento contendo os parâmetros, critérios e instrumentos de avaliação referentes aos projetos político-pedagógicos que contemplem os temas de direitos humanos e educação em direitos humanos.	12/09/2011	10.000,00
Documento técnico contendo as sistematizações dos estudos e práticas e marcos teóricos e metodológicos que subsidiem a elaboração das diretrizes dos cursos de formação na área de direitos humanos e educação em direitos humanos.	18/11/11	13.000,00
Documento contendo proposta de parâmetro, critérios e de instrumentos, no sentido de subsidiar a avaliação dos cursos de formação na área de direitos humanos e educação em direitos humanos.	30/12/11	14.000,00

Consultor contratado

Nome do consultor: Ana Maria Klein	**CPF:** 142.139.038-85

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:

Fonte: CGPG/SEB

Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude	914BRA1109

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: SA-3361/2011

Objetivo da consultoria: Consultoria especializada para levantar e analisar dados amostrais quantitativos e qualitativos referentes às atividades desenvolvidas nos finais de semana, durante o ano de 2010 e no primeiro semestre de 2011, nas escolas que participam simultaneamente dos Programas Escola Aberta/PEA e Mais Educação/PME.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto no contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
01/12/2011	31/12/2011	7.500,00	7.500,00	00,00	00,00

Insumos Externos

Não se aplica

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento Técnico "1", contendo um estudo comparativo das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Escola Aberta, com as praticadas no âmbito do Programa Mais Educação, em relação às áreas de Educação Ambiental; Esporte e Lazer; Direitos Humanos em Educação; Cultura e Artes; Promoção da Saúde, destacando as inovações e experiências significativas locais, conforme as Áreas, Macrocampos e territórios definidos no contrato.	31/12/2011	7.500,00

Consultor contratado

Nome do consultor: Camila Santos Tolosa Bianchi	**CPF:** 178.237.258-00

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O produto não foi pago no exercício porque foi entregue durante o recesso da UNESCO.

Fonte: CGPG/SEB

Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude	914BRA1109

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: SA-3366/2011

Objetivo da consultoria: Consultoria especializada para levantar e analisar dados amostrais quantitativos e qualitativos referentes às atividades desenvolvidas nos finais de semana, durante o ano de 2010 e no primeiro semestre de 2011, nas escolas que participam simultaneamente dos Programas Escola Aberta/PEA e Mais Educação/PME.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto no contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
01/12/2011	31/12/2011	7.500,00	7.500,00	00,00	00,00

Insumos Externos

Não se aplica

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento Técnico "1", contendo um estudo comparativo das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Escola Aberta, com as praticadas no âmbito do Programa Mais Educação, em relação às áreas de Educação Ambiental; Esporte e Lazer; Direitos Humanos em Educação; Cultura e Artes; Promoção da Saúde, destacando as inovações e experiências significativas locais, conforme as Áreas, Macrocampos e territórios definidos no contrato.	31/12/2011	7.500,00

Consultor contratado

Nome do consultor: Thais Raquel Schwarzberg **CPF:** 332.478.828-55

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O produto não foi pago no exercício em razão de ter sido entregue no período de recesso da UNESCO.

Fonte: CGPG/SEB

Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude	914BRA1109

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: SA-1686/2010

Objetivo da consultoria: Elaborar proposta de reformulação de materiais de referência e procedimentos que subsidiem as Secretarias de Educação e escolas nas Regiões Sul e Sudeste na confecção de seus planos de ação e de suas atividades culturais, orientadas para o aspecto da identidade e patrimônio cultural local e da inclusão, tendo por foco a promoção de parcerias e da autonomia dos processos de formação e gestão cultural.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto no contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
01/06/2010	28/02/2011	60.000,00	15.500,00	15.500,00	60.000,00

Insumos Externos

Não se aplica

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento contendo diagnóstico dos principais problemas identificados na execução das atividades e das parcerias na área cultural realizadas no âmbito do programa escola aberta relacionando-os às atividades culturais desenvolvidas no programa mais educação, com vistas a indicar estratégias que favoreçam novos arranjos culturais locais.	25/06/2010	16.000,00
Documento analítico contendo propostas de atividades culturais, considerando as especificidades de cada região, que possam qualificar a elaboração dos planos de ação das escolas integrantes dos dois programas, considerando os projetos culturais fomentados no âmbito governamental e da iniciativa privada.	27/08/2010	14.000,00
Documento contendo orientações para a elaboração de eventos e exposições culturais no âmbito escolar e comunitário, incluindo um plano de articulação entre as esferas municipal, estadual e federal, para realização de encontros na área de cultura, considerando as especificidades de cada região.	12/11/2010	14.500,00
Documento analítico das atividades culturais e artísticas realizadas no âmbito dos programas escola aberta e mais educação, a ser apresentado e discutido em fóruns regionais com a participação de instituições governamentais e não governamentais, pontos de cultura, secretarias, oficineiros e coordenadores voltados à qualificação de tais atividades a serem desenvolvidas nas escolas.	28/02/2011	15.500,00

Consultor contratado

Nome do consultor: Andrea Lorena Oliveira Franca	**CPF:** 573.525.181-34

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:

Fonte: CGPG/SEB

Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude	914BRA1109

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: SA-1426

Objetivo da consultoria: Elaborar proposta de materiais de referência e procedimentos que subsidiem as Secretarias de Educação e escolas na confecção de seus planos de ação e de suas atividades esportivas, orientadas para o aspecto da sociabilidade e da inclusão, considerando as parcerias estabelecidas e os processos de formação.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto no contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
17/05/2010	31/01/2011	45.000,00	28.000,00	18.000,00	18.000,00

Insumos Externos

Não se aplica

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento contendo diagnóstico dos principais problemas identificados na execução das atividades e das parcerias na área esportiva realizadas no âmbito do programa escola aberta, segundo os critérios elaborados e proposição de melhorias	14/06/2010	10.500,00
Documento analítico das propostas de atividades esportivas que possam qualificar a elaboração dos planos de ação das escolas integrantes do programa, considerando os programas esportivos fomentados no âmbito governamental e da iniciativa privada	02/09/2010	11.600,00
Documento contendo orientações para a elaboração de eventos e competições esportivas no âmbito escolar e comunitário, incluído um plano de articulação entre as esferas municipal, estadual e federal, para realização de encontros na área de esporte	03/12/2010	10.800,00
Documentos contendo proposta de formação de fóruns regionais com a participação de federações esportivas, secretarias, oficineiros e coordenadores voltados para o debate e qualificação das atividades esportivas realizadas no âmbito do programa escola aberta.	31/01/2011	12.100,00

Consultor contratado

Nome do consultor: Carla Maria de Medeiros Borges	**CPF:** 715.026.701-78

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:

Fonte:CGPG/SEB

Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude	914BRA1109

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: SA-2266/2011

Objetivo da consultoria: Consultoria especializada para analisar processos de gestão/acompanhamento do Programa Escola Aberta nos municípios participantes com vistas ao aprimoramento e divulgação das atividades realizadas nos finais de semana, considerando o potencial dos territórios e sua interface com o cotidiano escolar, enfatizando o enraizamento e a sustentabilidade das ações desenvolvidas.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto no contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
12/09/2011	12/12/2011	28.000,00	28.000,00	18.000,00	18.000,00

Insumos Externos

Não se aplica

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento contendo proposta de material de referência voltado às secretarias de educação visando adequar os sistemas de acompanhamento e gestão analisados às orientações nacionais.	17/10/2011	18.000,00
Documento contendo proposição de instrumentos e processos de acompanhamento mensais do Programa para colaborar com a solução dos principais desafios enfrentados pelas secretarias, contemplando as parcerias e potencialidades do território, e análise da implantação de acompanhamento informatizado, inclusive, de atividades de formação educativa complementar, esporte/lazer, cultura e qualificação para o trabalho/geração de renda.	31/12/2011	10.000,00

Consultor contratado

Nome do consultor: Carla Maria de Medeiros Borges — **CPF:** 715.026.701-78

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O produto não foi pago no exercício porque foi entregue durante o recesso da UNESCO.

Fonte:CGPG/SEB

Quadro XXVII (C.16.1) - Consultores contratados na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude	914BRA1109

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: SA-3580/2010

Objetivo da consultoria: Subsidiar a SECAD e o Programa Escola Aberta com propostas de formações para as equipes nos Estados, incluindo as diretrizes conceituais e metodológicas, para a inserção do tema da diversidade - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS nas atividades do Programa.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto no contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
26/11/2010	26/7/2011	60.000,00	45.500,00	45.500,00	60.000,00

Insumos Externos

Não se aplica

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo a análise das atividades do programa escola aberta, identificando as interfaces entre as temáticas da diversidade e o programa, para subsidiar a elaboração de propostas de formação à distância na temática de educação de jovens e adultos no âmbito do programa escola aberta.	20/12/2010	14.600,00
Documento técnico contendo proposta de formação à distância voltada à inserção da temática de educação de jovens e adultos nas atividades do programa escola aberta, incluindo público destinatário, metodologia, conteúdos e resultados esperados.	28/02/2011	14.400,00
Documento técnico contendo proposta de implementação de cursos de formação pedagógica sobre o tema de educação de jovens e adultos para subsidiar as equipes que atuam no programa, visando à inserção das temáticas de diversidade nas atividades e nos territórios onde se desenvolve o programa escola aberta.	06/05/2011	15.800,00
Documento técnico contendo análise das informações sobre o desenvolvimento das atividades de formação realizadas na temática de educação de jovens e adultos nos territórios do programa escola aberta, considerando os diferentes públicos a que se destina (séries finais do ensino fundamental e ensino médio).	26/07/2011	15.200,00

Consultor contratado

Nome do consultor: Adalgisa Maria Pierre Rodrigues Maia	**CPF:** 381.497.961-34

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:

Fonte: CGPG/SEB

As informações dos itens 27 ao 30 não se aplicam a SEB por não integrar o rol de competências, segundo o Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011.

27. PARTE C, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

28. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

29. PARTE C, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

30. PARTE C, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

Anexo I

Tabela IV- Síntese da execução orçamentária: ações nas quais a SEB atua na execução parcial ou total

Ação	Dotação na LOA	Dotação Autorizada	Crédito Contingenciado	Empenhado + NCExt	Liquidado	Pago
6333	79.128.000,00	85.000.032,00	-	16.455.491,24	2.602.522,04	2.516.160,35
8680	14.000.000,00	23.200.238,00	-	4.933.373,16	1.131.568,14	1.082.256,94
8602	48.000.000,00	38.400.000,00	-	13.167.284,36	7.099.584,36	7.099.584,36
8682	8.500.000,00	6.800.000,00	-	3.392.484,35	2.835.484,35	2.835.484,35
8684	8.500.000,00	12.245.184,00	-	8.500.000,00	3.277.148,82	3.277.148,82
8686	8.500.000,00	22.878.856,00	-	1.401.338,28	335.515,28	335.515,28
8870	36.000.000,00	32.375.766,00	-	26.810.772,65	26.810.772,65	26.810.772,65
8429	89.982.346,00	98.646.510,00	-	3.115.929,09	1.838.996,10	1.838.996,10
8434	46.900.000,00	42.300.000,00	9.230.430,00	19.358.488,60	18.185.943,45	18.180.343,45
4042	4.800.000,00	4.800.000,00	-	3.840.000,00	-	-
8373	16.000.000,00	21.462.282,00	4.724.610,80	14.330.706,13	9.415.420,55	9.290.337,53

Fonte: Siafi Gerencial

Tabela V- síntese da execução Orçamentária por e Subação

PTRES	Ação	Cód. Subação	Título da Subação	Tipo	Empenhado + NC Ext.	Liquidado	Pago
001720	8373	BB01	Escola de Fronteira		32.500,00	-	-
001720	8373	BB02	PNEI		357.924,00	162.616,00	162.616,00
001720	8373	BB03	Conselho FUNDEB		15.392,90	15.392,90	15.392,90
001720	8373	BB04	Materiais e Formação		181.010,36	181.010,36	181.010,36
001720	8373	BB05	Fortalecimento da Gestão		26.319,05	26.319,05	26.319,05
001720	8373	BB06	Articulação Institucional		394.882,97	92.490,37	92.490,37
001720	8373	BB08	Gerenciamento da SEB		5.982.311,76	5.875.467,38	5.875.467,38
001720	8373	BF01	EM Inovador		305.050,00	50,00	50,00
001720	8373	FB01	ProFuncionário		43.804,59	3.804,59	3.804,59
001720	8373	FB02	GESTAR		60.698,49	60.698,49	60.698,49
001720	8373	FB03	Formação Continuada EI		46.853,05	46.853,05	46.853,05
001720	8373	FB04	ProLetramento		33.291,98	33.291,98	33.291,98
001720	8373	FB05	Rede Nacional de Formaçao		6.254,37	6.254,37	6.254,37
001720	8373	FB06	Mais Leitura		1.858,83	1.858,83	1.858,83
001720	8373	FB07	Tecnologias Educacionais		491.804,50	356.612,50	356.612,50
001720	8373	FB08	PRADIME		64.470,40	39.470,40	39.470,40
001720	8373	FB09	Conselhos Escolares		624.170,12	54.170,12	54.170,12
001720	8373	FB10	ProConselho		81.126,38	81.126,38	81.126,38
001720	8373	FB11	Escola de Gestores		99.366,85	39.366,85	39.366,85
001720	8373	FB13	PNE		1.188,21	1.188,21	1.188,21
001720	8373	FB16	Currículo em Movimento do EF		466.174,35	86.174,35	86.174,35
001720	8373	FB17	Fundamental de Nove Anos		10.538,88	10.538,88	10.538,88
001720	8373	FB18	Correção de Fluxo		1.710,00	1.710,00	1.710,00
001720	8373	FB19	Currículo em Movimento do EM		457.395,99	80.775,39	80.775,39
001720	8373	FB20	Olimpíadas de Matemática		828,99	828,99	828,99
001720	8373	FB21	Olimpíadas de Língua Portuguesa		97.500,00	-	-
001720	8373	FB24	PAR/PDE		16.657,92	16.657,92	16.657,92
001720	8373	FB26	Professores do Brasil		221.503,13	41.503,13	41.503,13

001720	8373	FB28	PDE - Escola		236.990,49	78.990,49	78.990,49
001720	8373	FB30	Currículo em Movimento do EB		471.422,36	290.172,36	290.172,36
001720	8373	FB31	PNLD - Avaliação		149.679,05	149.667,05	149.667,05
001720	8373	FB32	PNBE - Avaliação		209.064,66	21.564,66	21.564,66
001720	8373	FB34	Currículo em Movimento da EI		47.533,46	47.533,46	47.533,46
001720	8373	FB35	Mais Educação		1.624.165,30	1.350.257,30	1.350.257,30
001720	8373	FB35	Mais Educação	Desc.	125.083,02	125.083,02	125.083,02
001720	8373	FB37	PSE - Programa Saúde na Escola		216.669,23	6.669,23	6.669,23
001720	8373	FB38	Escola Aberta		10.000,00	-	-
001720	8373	FD12	Proinfo Integrado		203.445,18	28.445,18	28.445,18
001720	8373	FD13	ProInfantil		670.500,00	-	-
001720	8373	FJ01	SPE		807,31	807,31	807,31
002589	4042	FB37	PSE - Programa Saúde na Escola	Lic.	3.840.000,00	-	-
020874	8434	DD02	TV Escola - Produção	Desc.	1.680.488,60	1.180.343,45	1.180.343,45
020874	8434	DD02	TV Escola - Produção	Lic.	17.010.000,00	17.000.000,00	17.000.000,00
020874	8434	DD04	Portal do Professor	Desc.	668.000,00	5.600,00	-
021032	8429	FD11	Mídias na Escola	Desc.	155.142,18	34.023,20	34.023,20
021032	8429	FD12	Proinfo Integrado	Desc.	2.467.983,11	1.476.431,10	1.476.431,10
021032	8429	FD13	ProInfantil	Desc.	492.803,80	328.541,80	328.541,80
021033	6333	FB02	GESTAR	Desc.	116.107,18	93.086,38	88.752,46
021033	6333	FB03	Formação Continuada EI	Desc.	2.721.383,72	839.715,12	816.871,02
021033	6333	FB04	ProLetramento	Desc.	263.102,73	113.986,33	65.786,25
021033	6333	FB05	Rede Nacional de Formaçao	Desc.	3.357.598,67	69.691,44	65.799,56
021033	6333	FB06	Mais Leitura	Desc.	183.193,62	120.888,41	113.796,70
021033	6333	FB07	Tecnologias Educacionais	Desc.	1.553.952,74	-	-
021033	6333	FB19	Currículo em Movimento do EM	Desc.	2.362.491,03	-	-
021033	6333	FB35	Mais Educação	Desc.	4.910.299,28	1.347.951,16	1.347.951,16
021033	6333	FB38	Escola Aberta	Desc.	989.476,43	17.203,20	17.203,20
021034	8680	FB08	PRADIME	Desc.	45.589,63	45.589,63	37.589,63
021034	8680	FB09	Conselhos Escolares	Desc.	413.400,05	118.364,84	114.164,84
021034	8680	FB09	Conselhos Escolares	Lic.			

					184.711,68	-	-
021034	8680	FB10	ProConselho	Desc.	18.534,00	18.534,00	18.534,00
021034	8680	FB11	Escola de Gestores	Desc.	2.315.103,79	949.079,67	911.968,47
021034	8680	FB30	Currículo em Movimento do EB	Desc.	1.956.034,01	-	-
021041	8684	FB06	Mais Leitura	Lic.	2.429.925,28	-	-
021041	8684	FB16	Currículo em Movimento do EF	Lic.	4.806.074,72	2.013.148,82	2.013.148,82
021041	8684	II08	Prova/Provinha Brasil	Lic.	1.264.000,00	1.264.000,00	1.264.000,00
021044	8686	FB06	Mais Leitura	Lic.	269.991,70	-	-
021044	8686	FB19	Currículo em Movimento do EM	Desc.	795.831,30	-	-
021044	8686	II08	Prova/Provinha Brasil	Lic.	335.515,28	335.515,28	335.515,28
021049	8682	FB34	Currículo em Movimento da EI	Desc.	2.835.484,35	2.835.484,35	2.835.484,35
021049	8682	FB34	Currículo em Movimento da EI	Lic.	557.000,00	-	-
021058	8870	FB20	Olimpíadas de Matemática	Desc.	20.515.500,00	20.515.500,00	20.515.500,00
021058	8870	FB21	Olimpíadas de Língua Portuguesa	Conv.	6.295.272,65	6.295.272,65	6.295.272,65
021060	8602	FB07	Tecnologias Educacionais	Desc.	11.125.180,10	5.057.480,10	5.057.480,10
021060	8602	FB23	Eventos Educacionais	Desc.	841.699,90	841.699,90	841.699,90
021060	8602	FB26	Professores do Brasil	Desc.	1.320.527,36	1.320.527,36	1.320.527,36
					115.185.347,02	73.653.078,74	73.511.805,85

Fonte: Siafi Gerencial

Ações nas quais a SEB é responsável pela Gestão: 8373 e 8434.

Tabela VI -Detalhamento da ação 8373: Gerenciamento das políticas da Educação Básica, por atividades

Valor em R$

natureza da receita	código	loa + créditos
Aplicação direta	3.3.90.00/ 4.4.90.00	21.462.282,00

natureza da despesa	código	valor empenhado	valor liquidado	valor pago
OEI – Organização dos Estados Íbero-Americanos	3.3.80.41.17	1.266.050,00	1.266.050,00	1.266.050,00
Diárias nacionais	3.3.90.14.14	240.468,19	240.468,19	240.468,190
Diárias internacionais	3.3.90.14.16	36.882,18	36.882,18	36.882,18
Passagens nacionais	3.3.90.33.01	1.037.379,98	1.037.379,98	1.037.379,98
Passagens internacionais	3.3.90.33.02	44.265,52	44.265,52	44.265,52
Diárias a colaboradores eventuais no país	3.3.90.36.02	507.831,54	507.831,54	507.831,54
Assinaturas de periódicos e anuidades	3.3.90.39.01	1.433,70	1.433,70	1.433,70
Direitos autorais	3.3.90.39.04	348,00	132,00	132,00
Serviços de copias e reprodução de documentos	3.3.90.39.83	27.910,00	27.910,00	27.910,00
Passagens e despesas com locomoção	3.3.90.92.33	35.342,19	35.342,19	35.342,19
Indenizações	3.3.90.93.01	2.577,46	2.577,46	2.577,46
Assinaturas de periódicos e anuidades	3.3.91.39.01	4.053,13	4.053,13	4.053,13
Serviços de publicidade legal	3.3.91.92.85	47.437,94	47.437,94	47.437,94
Serviços – PJ	3.3.90.39	125.083,02	-	-
Exposições, congressos e conferências	3.3.90.39.22	4.785.164,90	219.697,70	219.697,70
Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	3.3.90.39.79	605.720,38	498.876,00	498.876,00
Equipamentos de processamento de dados	4.4.90.52.35	5.562.758,00	5.320.000,00	5.320.000,00
Total		14.330.706,13	9.290.337,53	9.290.337,53

Fonte: Siafi Gerencial

Tabela VII - Detalhamento da ação 8434: Produção e Veiculação de Programas, materiais Pedagógicos e Conteúdos Multimídia para a Educação Pública

		Valor em R$
natureza da receita	código	loa + créditos
Aplicação direta	3.3.90.00/4.4.90.00	42.300.000,00

Valor em R$

natureza da despesa	código	valor empenhado	valor liquidado	valor pago
Serviços de apoio ao ensino	3.3.90.39.65	168.000,00	-	-
Serviços de áudio, vídeo e foto	3.3.90.39.59	17.010.000,00	17.000.000,00	17.000.000,00
Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional	3.3.90.39.79	1.680.488,60	1.180.343,45	1.180.343,45
Material de expediente	3.3.90.30.16	698,60	698,60	-
Material de processamento de dados	3.3.90.30.17	4.901,40	4.901,40	-
Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional	3.3.90.39.79	494.400,00	-	-
Total		19.358.488,60	18.185.943,45	18.180.343,45

Fonte: Siafi Gerencial

Anexo II

Quadro XI – Síntese dos Indicadores Institucionais

Indicador	Fórmula	Unidade de medida	Tipo	Objetivo	Descrição
FORMAÇÃO					
Taxa de Produtividade	Somatório de profissionais formados / Somatório de vagas abertas *100	%	eficácia	Apresentar o percentual dos profissionais formados em relação às vagas ofertadas.	Avalia segundo o número total de vagas para o desenvolvimento da ação educacional, o número de profissionais que a concluíram .
Média Prevista de Custo por Cursista	Custo total da ação educacional / Somatório de cursistas previstos [1]	real / cursista	eficiência	Apresentar o custo médio da ação educacional por cusista previsto.	Apresenta a média dos valores para a realização da ação educacional, tendo como referência o total de cursistas previstos.
Média de Custo Unitário por Profissional Formado	Custo total da ação educacional / Somatório de profissionais formados	real / prof. formado	eficácia	Apresentar o custo médio da ação educacional por profissional formado	Apresenta a média dos valores para a realização das ações educacionais, tendo como referência o total de profissionais formados
Taxa de adequação do Custo por Cursista	Média de custo unitário por Profissional formado / Média prevista de custo unitário por cursista *100	%	eficiência	Apresentar a relação entre custo unitário por profissional aprovado e previsto nas ação educacional	Apresenta o percentual médio dos valores para a realização da ação educacional, tendo com referência o total de profissionais aprovados.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	$IDEB_{JI} = N_{JI} \times P_{JI}$	Número absoluto	efetividade	Utilizado ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do PDE para a educação básica e expressa em valores os resultados de aprendizagem e fluxo escolar.	Média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j, obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino multiplicado pelo indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j.
OLIMPIADAS					
Média de Custo por Escolar ou Professor Participante	$\frac{\text{Custo total do evento}}{\text{Somatório dos alunos participantes}}$	$\frac{\text{real}}{\text{aluno}}$	eficácia	Apresentar o custo médio do evento por aluno participante.	Apresenta a média dos valores para a realização do evento, tendo como referência o total de alunos participantes.
Média de Participação de Escolar ou Professor	$\frac{\text{Somatório dos alunos participantes}}{\text{Somatório dos alunos brasileiros}}$	%	eficácia	Avaliar o percentual de alunos participantes do evento em relação ao Brasil.	Avalia a proporção de alunos que participaram do evento, tendo como referência o número total de alunos brasileiros.
ENSINO MÉDIO INOVADOR					
Média de Custo por Escolar Atendido	$\frac{\text{Custo total da ação educacional}}{\text{Somatório dos alunos atendido}}$	$\frac{\text{real}}{\text{aluno}}$	eficácia	Apresentar o custo médio da ação educacional por aluno atendido.	Apresenta a média dos valores para a realização da ação educacional, tendo como referência o total de alunos atendidos.
Média de Escolares Atendidos	$\frac{\text{Somatório dos alunos atendido}}{\text{Somatório dos alunos brasileiros}}$	%	eficácia	Avaliar o percentual de alunos atendidos em relação ao Brasil.	Avalia a proporção de alunos que se submeteram a ação educacional em comparação ao total de alunos brasileiros.

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA					
Média de Custo por Escola ou Escolar Atendido	Custo total da ação educacional / Somatório das escolas atendidas [2]	real / escola atendida	eficácia	Apresentar o custo médio da ação educacional em relação ao número de escolas atendidas.	Apresenta a média dos valores para a realização da ação educacional, tendo como referência o total de escolas atendidas.
Média de Escolas, Escolares Municípios Atendidos	Somatório das escolas atendidas / Somatório das escolas brasileiras	%	eficácia	Avaliar o percentual de escolas atendidas em relação ao Brasil.	Avalia a proporção de escolas que desenvolveram a ação educacional em comparação ao número total de escolas brasileiras.
Taxa de Municípios Atendidos	Somatório dos municípios atendidos [3] / Somatório de municípios previstos para adesão	%	eficácia	Avaliar o percentual de municípios atendidos em relação ao previsto para adesão da ação educacional .	Avalia a proporção dentre os municípios aptos à aderirem a ação educacional, aqueles que efetivaram a aderiram.

Fonte: SEB

[1] Cursistas previstos = número de vagas ofertadas
[2] escolas atendidas = escolas que receberam recursos, material ou financeiro
[3] municípios que efetivamente aderiram à ação, ou seja, completaram todo o processo de adesão.

ROL DOS RESPONSÁVEIS

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 23/03/2011
ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO PAGINA : 001
UG : 150019 - SECRETARIA DE EDUCACAO BASICA REF. : 2011
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX UA(UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 276.795.006-49 - MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA
E-MAIL : MARIA.PILAR@MEC.GOV.BR
ENDERECO : METROPOLITAN FLAT, SHN Q.02 BL. HAP. 814-A
MUNICIPIO : BRASILIA UF: DF CEP: 70000-000
CARGO : SECRETARIA DE EDUCACAO BASICA-SEB
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
30/Mai/2007 PORT.530/07 24/Fev/2012 PORT.145/12 30/Mai/2007 a 24/Fev/2012
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
30/Mai/2007 27/Fev/2012

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 024.281.993-15 - GODIVA DE VASCONCELOS PINTO
E-MAIL : GODIVA.VASCONCELOS@MEC.GOV.BR
ENDERECO : SQN 206 - BLOCO J - APTO. 301
MUNICIPIO : BRASILIA UF: DF CEP: 70910-050
CARGO : DIRIG MAX UA (UJ) CONSOLID.OU AGREG.SUBSTITO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
22/Abr/2007 PORT.530/07 22/Abr/2007 aos dias atuais
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
22/Abr/2007

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : MEMBRO DE DIRETORIA
SEQ: 001 – DIRETOR DA DICEI TIPO: TITULAR
AGENTE : 476.456.870-53 – JAQUELINE MOLL
E-MAIL :JAQUELINE.MOLL@MEC.GOV.BR
ENDERECO : SQN 310 BL. F APTO. 307
MUNICIPIO : BRASÍLIA UF:DF CEP:70756-060
CARGO : DIRETORA DA DICEI
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
09/Mar/2011 PORT.687/11 09/Mar/2011 aos dias atuais
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
09/Mar/2011

SEQ: 001 – DIRETOR DA DICEI TIPO:
SUBSTITUTO
AGENTE : 556.715.869-68 – SANDRA REGINA DE OLIVEIRA GARCIA
E-MAIL : SANDRA.GARCIA@MEC.GOV.BR
ENDERECO : SHN QD 01 AREA ESPECIAL A EDIFICIO BIARRITZ APTO. 506
MUNICIPIO :BRASÍLIA UF:DF CEP:70701-000
CARGO : DIRETOR(A) SUBSTITUTO(A) DA DICEI
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
22/Jul/2011 PORT.1006/11 22/Jul/2011 aos dias
atuais
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
22/Jul/2011

SEQ: 002 - DIRETOR DA DAGE TIPO: TITULAR
AGENTE : 074.706.494-68 - MARIA LUIZA MARTINS ALESSIO
E-MAIL : MARIA.ALESSIO@MEC.GOV.BR
ENDERECO : SHN QD 01 BL C EDIFICIO BIARRITZ APTO. 1309
MUNICIPIO : BRASÍLIA UF: DF CEP: 70701-000
CARGO : DIRETORA DA DAGE

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
12/Fev/2009 PORT.62/09 12/Fev/2009 aos dias atuais
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
12/Fev/2009

SEQ: 002 - DIRETOR DA DAGE TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 131.112.878-66 - CLELIA MARA SANTOS FERRARI
E-MAIL : CLELIA.SANTOS@MEC.GOV.BR
ENDERECO : AV. DR ROCHA LIMA, 1107
MUNICIPIO : ARARAQUARA UF: SP CEP: 14806-146
CARGO : DIRETORA SUBSTITUTA DA DAGE
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
30/Mar/2009 PORT.293/09 30/Mar/2009 aos dias atuais
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
30/Mar/2009

SEQ: 003 - DIRETOR DA DASE TIPO: TITULAR
AGENTE : 030.868.756-66 - ROMEU WELITON CAPUTO
E-MAIL : ROMEU.CAPUTO@MEC.GOV.BR
ENDERECO :SQSW 3022 BL L PATO. 315
MUNICIPIO : SUDOESTE UF: DF CEP: 70673-209
CARGO : DIRETOR DA DASE
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
10/Jul/2008 PORT.500/08 10/Jul/2008 aos dias atuais
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
10/Jul/2008

SEQ: 003 - DIRETOR DA DASE TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 597.314.199-34 - CHRISTIANE SCHOENFELDER
E-MAIL : CHRISTIANE.LYRA@MEC.GOV.BR
ENDERECO : SQN 204 BLOCO H, APTO. 608
MUNICIPIO : BRASILIA UF: DF CEP: 70842-070
CARGO : DIRETORA SUBSTITUTA DA DASE
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
15/Set/2008 1147/08 15/Set/2008 aos dias atuais
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
15/Set/2008

SEQ: 004 - DIRETOR DA DCE TIPO: TITULAR
AGENTE :540.081.021-87 – SERGIO JAMAL GOTTI
E-MAIL: SERGIO.GOTTI@MEC.GOV.BR
ENDERECO : SQS 307 BL C APTO. 301
MUNICIPIO :BRASÍLIA UF:DF CEP:70354-030
CARGO : DIRETOR DA DCE
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
23/Mai/2011 /PORT.1026/11 23/Mai/2011 aos dias atuais
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
23/Mai/2011

SEQ: 004 - DIRETOR DA DCE TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE :010.653.807-21 – JANE CRISTINA DA SILVA
E-MAIL : JANE.SILVA@MEC.GOV.BR
ENDERECO : CONDOMINIO MANSOES ENTRE LAGOS ETAPA I CONJUNTO Y CASA 11
MUNICIPIO : SOBRADINHO UF:DF CEP: 73255-900
CARGO : DIRETORA SUBSTITUTA DA DCE
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
03/Jul/2008 PORT.820/11 03/Jul/2008 aos dias atuais
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
03/Jul/2008

João Rodrigues Neves **Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva**

Cargo DAS -101.2 /DIOF
CPF: 49.724.766-72 / SIAPE : 6039780

Secretária de Educação Básica